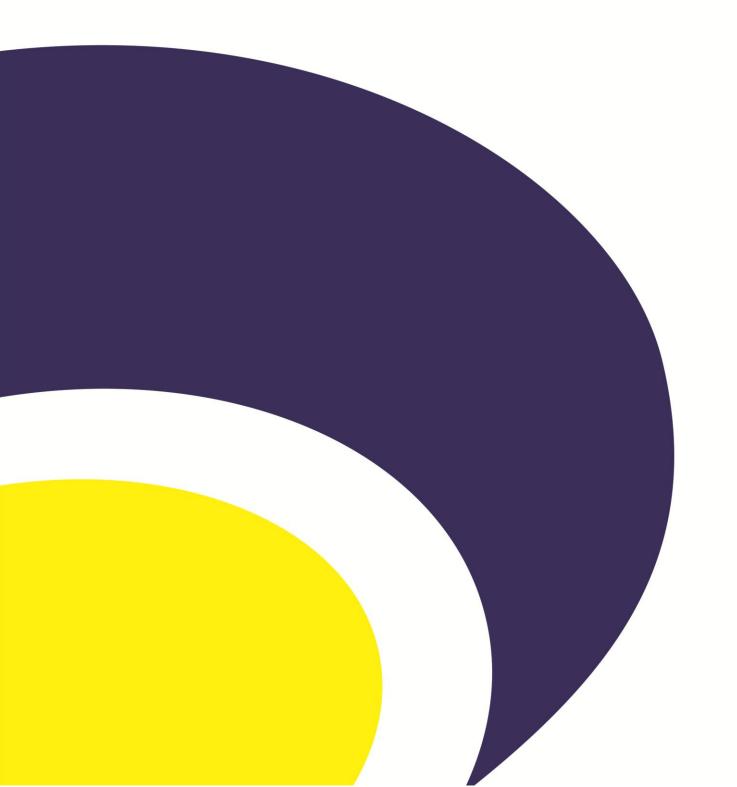
Campanha Nacional de Escolas da Comunidade



Faculdade CNEC Gravataí - RS

Projeto Pedagógico SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Contextualização	
1.2 LOCALIZAÇÃO	
1.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	
2 OBJETIVOS DO CURSO	
2.1 Objetivo Geral	
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
2.4 METODOLOGIA	
2.5 Perfil do Egresso	9
3 ADAPTAÇÃO CURRICULAR 2008/1	11
3.1 Modificações realizadas na Estrutura Curricular	
3.2 DESCRIÇÃO DAS EMENTAS DA BASE CURRICULAR	
3.3 DESCRIÇÃO DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR DAS DISCIPLINAS	
4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
4.1 CONSTITUIÇÃO DA CPA	
4.2 PLANO DE TRABALHO DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
5.1 REGULAMENTO	36
6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	40
6.1 Regulamento	
6.2 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
7 AVALIĄÇÃO	
7.1 FORMA DE AVALIAÇÃO	
7.2 A PROVA SUMARIADA	
8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	48
8.1 Apresentação	
8.2 CONCEITO	
8.3 Objetivos	
8.5 Notas	
8.6 Organização	
8.7 RECOMENDAÇÕES PARA ESCRITA DA MONOGRAFIA E ARTIGO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
9 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	
9.1 Constituição do NDE	
9.2 REGULAMENTO	
10 ESTRUTURA FÍSICA DOS LABORATÓRIOS	
LABORATÓRIO I	
Laboratório II	
LABORATÓRIO IIIB.	
LABORATÓRIO IV	57
11 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO E	
APRENDIZAGEM	
11.1 ACESSIBILIDADE: 11.2 O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE:	
12 DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS:	60

1 Introdução

O Curso de Sistemas de Informação objetiva o preparo multidisciplinar do profissional da área de Computação e Informática, com uma visão teórica e qualificada para desenvolver, implementar e gerenciar uma infra-estrutura de tecnologia da informação (computadores e comunicação), dados (internos e externos) e sistemas que abranjam toda uma organização.

O egresso do curso terá a responsabilidade, também, de fazer prospecção de novas tecnologias da informação e auxiliar na sua incorporação às estratégias, planejamento e práticas da organização, bem como apoiar os sistemas de tecnologias da informação departamentais e individuais. Paralelamente, o curso também oferece, para seus alunos, condições para o desenvolvimento de aptidões empreendedoras de acordo com as transformações no campo da tecnologia e no processo de trabalho.

O Curso está estruturado de forma a proporcionar uma formação profissional sólida e integrada com as necessidades inter, multi e transdisciplinares que os fenômenos do desenvolvimento econômico-social estão a requerer.

1.1 Contextualização

O curso objetiva a formação de profissionais com conhecimento do desenvolvimento e gerenciamento de sistemas de informação. Para isso, os conteúdos programáticos selecionados buscam, com os seus desenvolvimentos, contribuir para a formação de um profissional qualificado, crítico, polivalente e criativo. Isto é, efetivamente competente para os desafios que as empresas devem ser capazes de vencer diante de tantas mudanças tecnológicas e a um mundo empresarial cada vez mais competitivo, bem como diante da globalização da economia e da integração de mercados internacionais.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da presente proposta objetiva viabilizar a integração entre os campos teórico e prático e o intercâmbio de conhecimentos com outras Instituições Educacionais, e com os diversos segmentos do mercado na área da gestão, de modo a que o aluno esteja sempre a par dos problemas e das soluções que vão surgindo nos setores atendidos pelo Curso, contemplando sua dinâmica e flexibilidade.

Paralelamente, o curso também permite ao futuro profissional a inserção no mercado de trabalho de forma mais qualificada, incentivando sua capacidade de participar de programas de Educação Continuada, conforme prevê o Parecer 776/97 do CNE.

O sucesso do Curso está pautado, também, nas instalações físicas, na qualificação do corpo docente e no instrumental didático existente.

O Curso, com duração de 3.000h/aula, incluindo o Estágio Supervisionado e Atividades Complementares, propicia uma formação completa que possibilita condições para que o egresso atue em empresas, públicas e privadas, de pequeno, médio e grande porte e micro-empresas familiares. Também prepara o egresso para um outro mercado em expansão – o da assessoria e o da consultoria na área de computação e informática.

O Curso de Sistemas de Informação tem, em sua proposta curricular, contéudos que propiciam a formação de um profissional capaz de combinar recursos humanos e computacionais que interrelacionam a coleta, o armazenamento, a recuperação, a distribuição e o uso de dados, com o objetivo de alcançar a eficiência gerencial (planejamento, controle, comunicação e tomada de decisão), nas organizações, combinando hardware e software.

As alterações ora apresentadas neste documento são referentes ao Projeto Pedagógico do Curso de Sistemas de Informação da FACENSA – Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos. Estas mudanças são referentes à:

- Estrutura curricular do Curso;
- Planos de ensino das disciplinas;
- Estruturação e definição dos Grupos de Estudo de Tecnologia;
- Atividades de Estágio Supervisionado;
- Regulamento das Atividades Complementares;
- Estruturação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso;
- Estrutura Física dos Laboratórios.

1.2 Localização

A cidade de Gravataí, Município Sede da FACENSA, destaca-se na Região Metropolitana de Porto Alegre pela combinação do crescimento econômico com a ampliação da qualidade de vida. O município foi fundado em 8 de Abril de 1763. De Aldeia dos Anjos à quarta cidade que mais cresce no Brasil, seus 238 anos de história comprovam o caráter desenvolvimentista aliado ao respeito à cidadania.

Servida por três estradas estaduais e uma federal, está localizada no coração do Mercosul, a 22 quilômetros da capital gaúcha e a 15 minutos do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Atraídas também pela qualificada mão-de-obra de seus moradores, grandes empresas têm optado por instalar aqui seus modernos parques industriais. É o cenário ideal para arrojados projetos onde ficam evidenciados o caráter empreendedor e a capacidade de crescimento econômico.

Aliada a um traçado urbano que prioriza o convívio social, deve ser destacada a expansão dos investimentos nos setores industriais, comerciais e de serviços, o que gera oportunidades e demanda de mão de obra qualificada, para o desenvolvimento de sistemas de informação.

A área do município é de 497,82 km², deste 121,37 km² constituem a zona urbana e os 376,45 km² restantes constituem a zona rural. A fundação de economia e estatística classificou o município como o sexto produto interno bruto do estado.

A população atual do município é de 232.447. Até os anos 1950, a economia do município foi baseada na produção rural, sendo a farinha de mandioca o principal produto produzido. A partir da década de 1960 a cidade iniciou a fase de transição para uma economia industrial.

Gravataí é conhecido pelo forte pólo industrial no qual se destaca uma unidade da fabrica de automóveis GM.

Atualmente Gravataí conta com uma das maiores redes de ensino do Rio Grande do Sul. Uma rede municipal com 20 creches, 5 centros de educação infantil, 66 escolas, sendo 52 na zona urbana e 14 na zona rural. Possuindo 32.000 alunos e 1.885 professores. Na rede estadual 24 escolas e 974 professores.

A rede particular possui 3 escolas, com 7.343 alunos e 1166 professores.

Possui 3 Instituições de ensino superior, sendo elas uma Unidade da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) - a qual dispõe de um curso de Ciência da Computação e não concorrendo, portanto, com o curso de Sistemas de Informação - é a maior e mais antiga, com as mais recentes criadas sendo a faculdade QI e a FACENSA.

1.3 Políticas de Extensão

A FACENSA já desenvolve políticas voltadas para a extensão. A programação extensionista inclui a promoção de serviços à comunidade, bem como a realização de cursos de treinamentos de profissionais nas áreas de educação e técnico-científica, assumindo as formas de curso de extensão, palestras e conferências, simpósios, jornadas, assistência a empresas e órgãos públicos.

Entre as atividades extensionistas desenvolvidas e/ou difundidas, destacam-se:

- Semanas Acadêmicas (realizadas anualmente);
- Cursos de Extensão:
- Evento Mercado de TI e o Curso de SI (realizado semestralmente);
- Workshops de Andamento
- Projeto do Grupo de Estudos de TI (FUJA, FACENSA.Net, FUROR, FUPHP e GPARS).

2 Objetivos do Curso

2.1 Objetivo Geral

Formar profissionais capacitados a identificar e solucionar problemas no campo tecnológico da computação e atuar, de forma segura, ativa e crítica, em um mercado de trabalho que sofre transformações aceleradas, bem como contribuir no avanço científico e tecnológico do Brasil.

2.2 Objetivos Específicos

O Curso tem, prioritariamente, os seguintes objetivos específicos:

- Formar recursos humanos para automação dos sistemas de informação das organizações;
- Capacitar os egressos do curso no uso eficiente das tecnologias nas organizações;
- Conscientizar os egressos da importância de suas atualizações através de cursos de extensão e pós-graduação, visando uma Educação Continuada;
- Fazer com que os egressos conheçam e dominem o processo para conceber e construir a solução de problemas identificados, utilizando base científica;
 - Capacitar os egressos de maneira que sejam capazes de:
 - Conhecer e dominar o processo de projeto para conceber e construir a soluções de problemas identificados, utilizando base científica;
 - Aplicar seus conhecimentos de forma independente e inovadora e, paralelamente, ser capaz de - acompanhar e absorver a evolução da informática e de seus processos de geração e automação do conhecimento;
 - Ter uma formação acadêmica que lhe permita uma visão da dinâmica organizacional, bem como estímulo para o trabalho em grupo;
 - Especificar e modelar sistemas de informação;
 - Projetar, desenvolver, implementar, manter e aperfeiçoar os sistemas informacionais, de acordo com as demandas da empresa em que atuar;
 - Projetar, configurar e administrar redes de computadores;
 - Prestar suporte técnico a usuários de sistemas de informação, organizar e gerenciar tal tipo de servico;
 - Ter condições para se introduzir na carreira acadêmica, como docente ou pesquisador, após concluir cursos de pós-graduação do setor de computação e informática
 - Saber lidar com as dimensões humanas e éticas dos conhecimentos e das relações sociais;

2.3 Proposta de interdisciplinaridade

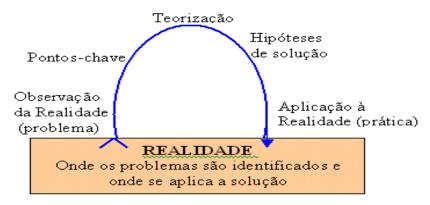
O projeto interdisciplinar da FACENSA tem características pedagógicas identificadas com o projeto metodológico da Rede Cenecista que utiliza o processo da "problematização". Esse processo metodológico enfatiza a ação do estudante como principal construtor de seu conhecimento. Propicia o seu protagonismo, ajudando os

professores a trabalhar com maior propriedade as competências previstas para cada curso.

Foi nessa metodologia que buscamos a motivação para desenvolver a proposta interdisciplinar dos cursos da faculdade. A metodologia da problematização traz em si um caráter nitidamente interdisciplinar, pois envolve a pesquisa, a reflexão em grupos de disciplinas, bem como a possibilidade do trabalho isolado dos componentes curriculares.

A proposta interdisciplinar funcionará pelos seguintes passos:

- 1) A cada ano letivo, os professores de cada semestre escolherão um caso para trabalhar, assim todos os professores do semestre dedicarão alguns minutos em cada aula para tratar do assunto com os estudantes, especialmente facilitando com os estudantes o link do seu conteúdo com o caso estudado.
- 2) Os estudantes executarão o trabalho utilizando o caminho indicado pelo Arco de Maguerez.



- 3) Em data pré-marcada no calendário, antes da semana do G2, os estudantes participarão de um seminário coletivo apresentando os trabalhos, por meio de cartazes, pôsteres e trabalhos escritos, posteriormente publicados on line na Revista Acadêmica criada para publicar produção dos estudantes como: TCCs, Textos produzidos em aulas e o material do projeto "Problematização de Casos" (Realizaremos em 2010/1 um concurso entre os estudantes da FACENSA para criarem o nome dessa Revista Acadêmica).
- 4) O seminário de que trata o item 3 será denominado de Simpósio Científico Tecnológico (SIMCITEC) que será um evento interno entre os estudantes da FACENSA envolvidos nessa atividade. Ele objetiva a troca de experiências e o fomento do debate científico e intelectual, bem como a visibilidade do trabalho dos estudantes envolvidos nas atividades do Projeto "Problematização de Casos". O Evento poderá ser aberto a pessoas interessadas da comunidade para prestigiarem a atividade como ouvintes ou expectadores, podendo constituir-se numa Atividade de Extensão da FACENSA. Esta é uma das ações que atende à meta de reforçar a Imagem Institucional da FACENSA, pois o apelo de convidar pessoas próximas dos estudantes (pais, namoradas/os, esposos/as, companheiros/as, familiares e amigos) para assistir aos trabalhos traz para dentro da FACENSA pessoas que a conhecerão e a situarão no espaço geográfico-cultural-educativo de Gravataí.
- 5) A cada ano será eleito um professor do semestre para coordenar as atividades do SIMCITEC.
- 6) A participação do estudante é obrigatória e essa estratégia pedagógica faz parte de sua formação técnico-científico-cultural. O resultado do seu desempenho será avaliado pelo grupo de professores do semestre em planilha específica, sendo a mesma, depois de preenchida, distribuída entre os professores do semestre para comporem a média do G2. As notas serão expressas em notas de zero a dez e valerá 20% da média final do G2.

7) Será proposta uma "Problematização de Caso" por semestre do curso, deverá participar o estudante que estiver matriculado em pelo menos duas disciplinas do semestre, de modo que, ao longo da integralização do curso, o estudante deverá ter assinado a ata de participação do seminário de tantos semestres quantos forem os do seu curso.

2.4 Metodologia

A proposta pedagógica do Curso de Sistemas de Informação da FACENSA está inserida nas políticas das atividades educacionais definidas pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade — CNEC, visando à formação humanística, científica e tecnológica de profissionais habilitados em atender às necessidades emergentes de um mercado em constante e acelerada mudança que, por sua vez, espera medidas que permitam o desenvolvimento sustentável da economia no Estado do Rio Grande do Sul e tenha em vista os anseios e as exigências das empresas ouvidas e pesquisadas na região de influência da Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos — FACENSA, dados esses que basearam este projeto pedagógico.

O currículo do curso é embasado nos principais temas adequados e necessários ao perfil dos egressos, além de estar em consonância com as diretrizes curriculares de cursos da área de computação e informática (elaborada pela CEEInf — Comissão de Especialistas de Ensino de Computação e Informática) e do currículo de referência para Cursos de Bacharelado em Sistemas de Informação da Diretoria de Educação da SBC — Sociedade Brasileira de Computação. Para tanto, a grade curricular abrange:

- em profundidade a área de Algoritmos e Programação, Engenharia de Software,
 Qualidade e Testes e Sistemas de Informação;
- disciplinas que enfocam demais áreas da Computação, destacando-se as áreas de Sistemas Operacionais, Arquitetura de Computadores e Redes de Computadores;
- disciplinas que integram os Sistemas de Informação às estruturas empresariais, através do estudo da área de Administração, Direito e Economia, visando a adequada inserção dos egressos nas empresas;
- disciplinas na área de Informática e Sociedade e Filosofia e Ética, para que o egresso do curso tenha uma formação comprometida com a sociedade em que está inserido;
- disciplinas de Tópicos Avançados em Sistemas de Informação, que permitem abordar inovações tecnológicas e atualização em pesquisas na área de Informática;
- disciplina de Estágio Supervisionado, que visam a inserção prática dos egressos no mercado de trabalho e a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso;
- disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, cujo conteúdo poderá ser utilizado na realização do Trabalho de Conclusão de Curso, visando introduzir os egressos na prática de pesquisa, incentivando uma possível carreira acadêmica.

Além da estrutura curricular, para alcançar os objetivos propostos o Curso de Sistemas de Informação tem incentivado a participação dos docentes e discentes em grupos de estudo e eventos técnico-científicos, além de apoiar os docentes que encontram-se realizando cursos de pós-graduação Stricto Sensu, em nível de Doutorado. Estas ações comprovam-se pela realização de Semanas Acadêmicas do Curso, Workshops de Seminários de Apresentação de TCCs, Evento Semestral "Mercado de TI e

o Curso de Sistemas de Informação" e os grupos de estudo de Tecnologia (FUJA – Grupo de Estudos Java; FACENSA.Net – célula acadêmica .Net; FUROR – Grupo de Usuários Ruby on Rails; FUPHP – Grupo de Usuários de PHP e GPARS – Grupo de Usuários Arquitetura de Computadores, Redes e Sistemas Operacionais), participação na organização de eventos técnico-científicos (edições do SEMINFO – Seminário de Informática), entre outras iniciativas.

A proposta pedagógica do Curso de Sistemas de Informação fundamenta-se na aliança da teoria com a prática, através da utilização constante dos laboratórios de informática para aplicação dos conceitos abordados em sala de aula. Para alcançar os objetivos propostos, o Curso de Sistemas de Informação busca a constante atualização da estrutura de laboratórios e biblioteca. A renovação e ampliação dos laboratórios e atualização do acervo bibliográfico são pontos chave para que o curso alcance todos os objetivos propostos. Conta ainda com um corpo docente qualificado, com experiência na área acadêmica e de mercado.

A metodologia de ensino que norteia o fazer pedagógico do Curso de Sistemas de Informação é a aprendizagem baseada em problemas (mais informações no currículo de Sistemas de Informação da SBC. disponível referência para http://www.sbc.org.br/index.php?language=1&subject=28&content=downloads&id=82). Segundo esta metodologia, os temas a serem estudados são transformados em questões-problemas, para serem solucionados pelos alunos. Esta metodologia é perfeitamente adequada para a grande maioria das disciplinas de curso, que precisam aliar a teoria à prática, através da realização de trabalhos práticos, colaborativos, que precisam unir conhecimentos de diversas áreas e disciplinas, além da forte ênfase no uso dos laboratórios.

2.5 Perfil do Egresso

A Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos, inserida nas políticas das atividades educacionais definidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC – visa à formação humanística, científica e tecnológica de profissionais habilitados em atender às necessidades emergentes de um mercado em constante e acelerada mudança. Portanto, o compromisso da FACENSA e, conseqüentemente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, é com a formação de profissionais, enfatizando a cultura da igualdade, solidariedade, cidadania e responsabilidade; autônomos no seu conhecimento, críticos e autocríticos, tornando-se sujeitos de sua história; participando ativamente da sociedade na qual estão inseridos, atuando como agentes dinâmicos para acompanhar a evolução da tecnologia e do saber.

Para que o perfil do egresso esteja em consonância com a filosofia da FACENSA, são necessárias as seguintes competências:

- Capacidade de raciocínio abstrato;
- Assimilação de novas informações e domínio da tecnologia;
- Saber relacionar-se e comunicar-se;
- Ter sentido ético profissional, associado à responsabilidade social;
- Saber aplicar com competência os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento de estratégias de ação em diferentes situações;
- Autoplanejamento, auto-organização e estabelecimento de métodos próprios para gerenciar seu tempo e seu espaço de trabalho;

- Busca permanente de aperfeiçoamento pessoal e profissional, seja pela autodidaxia ou retorno ao meio acadêmico ou outras formas;
 - Ser comprometido com valores de liberdade, justiça, cidadania e solidariedade;
- Capacidade de encontrar soluções alternativas, aplicáveis de forma concreta nos problemas do dia-a-dia;
- Capacidade de encontrar soluções alternativas, aplicáveis de forma concreta aos problemas do dia-a-dia.
- Conhecer e dominar o processo de projeto para conceber e construir a soluções de problemas identificados, utilizando base científica;
- Aplicar seus conhecimentos de forma independente e inovadora e, paralelamente, ser capaz de acompanhar e absorver a evolução da informática e de seus processos de geração e automação do conhecimento;
- Ter uma formação acadêmica que lhe permita uma visão da dinâmica organizacional, bem como estímulo para o trabalho em grupo;

Especificamente, na área de Sistemas de Informação, o perfil do egresso inclui as seguintes competências:

- Especificar e modelar sistemas de informação;
- Projetar, desenvolver, implementar, manter e aperfeiçoar os sistemas informacionais, de acordo com as demandas da empresa em que atuar;
 - Projetar, configurar e administrar redes de computadores;
- Prestar suporte técnico a usuários de sistemas de informação, organizar e gerenciar tal tipo de serviço;
- Ter condições para se introduzir na carreira acadêmica, como docente ou pesquisador, após concluir cursos de pós-graduação do setor de computação e informática.

Quanto às funções que os egressos poderão exercer no mercado de trabalho, destacam-se:

- Gerenciamento e/ou participação em equipes de desenvolvimento de software, projetos de sistemas e setores de informática;
 - Auditoria em Sistemas de Informação, visando detectar fraudes informatizadas;
 - Atuação como perito técnico;
- Atuar na área de suporte técnico a usuários de sistemas computacionais e sistemas de informação;
 - Atuar como consultores nas diversas subáreas da informática; Atuar como desenvolvedores e arquitetos de software.

3 Adaptação Curricular 2008/1

O currículo do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação está em constante atualização. Os planos de ensino são revisados semestralmente, além de ajustes necessários que são realizados durante o semestre. Conforme solicitação da Mantenedora, foi alterada a carga horária das disciplinas, bem como a devida adequação das ementas.

Algumas disciplinas foram extintas, outras reposicionadas na grade curricular, alguns pré-requisitos foram ajustados e a denominação de algumas disciplinas foram alteradas.

Esta adequação se deve a complementação do perfil do egresso do curso, buscando formar profissionais comprometidos, éticos e capacitados a trabalhar em grupo.

O currículo implantado em 2008/1 é apresentado a seguir.

	Denominação da Disciplina	No. Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos	
	PRIMEIRO				
01	Fundamentos da Computação	04	80	-	
02	Inglês Instrumental	04	80	-	
03	Língua Portuguesa	04	80	-	
04	Técnicas de Programação	04	80	-	
05	Matemática	04	80	-	
	SEGUNDO	SEMESTRI			
06	Arquitetura e Organização de Computadores	04	80	01	
07	Linguagem e Programação I	04	80	04	
80	Matemática Aplicada	04	80	05	
09	Teoria da Administração	04	80	04	
	TERCEIRO	SEMESTR	E		
10	Banco de Dados I	04	80	07	
11		04	80	05	
12	Estrutura de Dados	04 04	80	07	
13	13 Linguagem de Programação II		80	07	
	<u> </u>	SEMESTRE			
14		04	80	10	
15		04	80	-	
	Instituições de Direito	04	80	-	
17	 	04	80	07	
18		04	80	06	
	QUINTO SEMESTRE				
19		02	40	-	
21	Engenharia de Software	04	80	-	
22	0 0 3	04	80	17	
23	0	04 04	80	-	
24	24 Redes de Computadores I		80	18	
	SEXTO SEMESTRE				
25	Estágio Supervisionado	80	160	01 e 04	

26	Fundamentos de Sistemas de Informação	04	80	21		
27	Redes de Computadores II	04	80	24		
28	Tópicos Avançados em Sistemas de	04	80	-		
	Informação I					
	SÉTIMO S	EMESTRE				
29	Análise e Projeto de Sistemas	04	80	21		
30	Psicologia	02	40	-		
31	Segurança em Sistemas de	04	80	27		
	Informação					
32	Sociologia	02	40	-		
33	Trabalho de Conclusão de Curso I	04	80	25		
	OITAVO SEMESTRE					
34	Atividades Complementares	ı	160	-		
35	Filosofia	02	40	-		
36	Gerência de Projetos	04	80	29		
37	Qualidade e Teste	04	80	21		
38	Tópicos Avançados em Sistemas de	02	40	-		
	Informação II					
39	Trabalho de Conclusão de Curso II	04	80	33		
_	TOTAL GERAL	142	3000			

Duração do Curso: 3000 horas/aula, incluindo o Estágio Supervisionado e Atividades

Complementares.

Duração mínima: 8 semestres (4 anos). Duração máxima: 14 semestres (7 anos).

3.1 Modificações realizadas na Estrutura Curricular

Para os alunos que ingressaram no curso em 2008/1 foi seguida a nova estrutura curricular. Para os alunos que já pertenciam ao corpo discente da FACENSA, foram realizadas as seguintes adaptações:

- A disciplina de Fundamentos Matemáticos para Computação foi extinta. Será fornecido certificado para o aluno, que poderá aproveitar a disciplina como Atividade Complementar;
- A disciplina de Contabilidade e Custos foi extinta. O aluno poderá cursar gratuitamente a disciplina de Economia;
- A disciplina Informática e Sociedade foi extinta. Será fornecido certificado para o aluno, que poderá aproveitar a disciplina como Atividade Complementar;
- A disciplina Algoritmos e Programação II foi extinta. Será fornecido certificado para o aluno, que poderá aproveitar a disciplina como Atividade Complementar. Além disso, o aluno tem a alternativa de utilizá-la como equivalência para Tópicos Avançados em Sistemas de Informação I ou II, porém anulando a emissão do certificado;
- A disciplina Paradigmas de Linguagens de Programação foi extinta. Será fornecido certificado para o aluno, que poderá aproveitar a disciplina como Atividade Complementar. Além disso, o aluno tem a alternativa de utilizá-la como equivalência para Tópicos Avançados em Sistemas de Informação I ou II, porém anulando a emissão do certificado;
- A disciplina de Álgebra Linear foi extinta. Será fornecido certificado para o aluno, que poderá aproveitar a disciplina como Atividade Complementar;

- A disciplina Estrutura de Dados II foi extinta. Será fornecido certificado para o aluno, que poderá aproveitar a disciplina como Atividade Complementar. Além disso, o aluno tem a alternativa de utilizá-la como equivalência para Tópicos Avançados em Sistemas de Informação I ou II, porém anulando a emissão do certificado;
- As disciplinas de Computação Gráfica I e II foram extintas. Será fornecido certificado para o aluno, que poderá aproveitar a disciplina como Atividade Complementar. Além disso, o aluno tem a alternativa de utilizá-la como equivalência para Tópicos Avançados em Sistemas de Informação I ou II, porém anulando a emissão do certificado;
- A disciplina de Administração de Recursos Humanos foi extinta. O aluno poderá cursar gratuitamente a disciplina de Economia;
- As disciplinas de Instituições de Direito, Psicologia, Sociologia e Qualidade e Teste foram incluídas na Estrutura Curricular.

Abaixo, estão relacionadas as equivalências das disciplinas anteriores com as disciplinas da nova estrutura curricular.

Currículo Anterior		Currículo de 2008/1	
Inglês Instrumental	72	Inglês Instrumental	80
Português Instrumental	72	Língua Portuguesa	80
Algoritmos e Programação I	72	Técnicas de Programação	80
Introdução ao Cálculo	72	Matemática	80
Organização de Computadores	72	Fundamentos da Computação	80
Teorias da Administração	72	Teorias da Administração	80
Cálculo Diferencial e Integral	72	Matemática Aplicada	80
Estrutura de Dados I	72	Estrutura de Dados	80
Arquitetura de Computadores	72	Arquitetura e Organização de	
·		Computadores	80
Linguagem de Programação I	72	Linguagem de Programação I	80
Probabilidade e Estatística	72	Estatística	80
Linguagem de Programação II	72	Linguagem de Programação II	80
Banco de Dados I	72	Banco de Dados I	80
Engenharia de Software I	72	Engenharia de Software	80
Sistemas de Informação	72	Fundamentos de Sistemas de	
		Informação	80
Sistemas Operacionais	72	Sistemas Operacionais	80
Linguagem de Programação III	72	Linguagem de Programação III	80
Banco de Dados II	72	Banco de Dados II	80
Filosofia e Ética	36	Filosofia	40
Engenharia de Software II	72	Análise e Projeto de Sistemas	80
Métodos e Técnicas de Pesquisa	72	Metodologia e Pesquisa Científica	80
Redes de Computadores I	72	Redes de Computadores I	80
Linguagem de Programação IV	72	Linguagem de Programação IV	80
Estágio Supervisionado	108	Estágio Supervisionado	160
Gestão Empresarial	72	Empreendedorismo	40
Gerência de Projeto	72	Gerência de Projetos	80
Tópicos Avançados em Sistemas		Tópicos Avançados em Sistemas	
de Informação I	72	de Informação I	80
Redes de Computadores II	72	Redes de Computadores II	80
Trabalho de Conclusão de Curso I	72	Trabalho de Conclusão de Curso I	80

Tópicos Avançados em Sistemas		Tópicos Avançados em Sistemas	
de Informação II	72	de Informação II	40
Segurança de Sistemas de		Segurança de Sistemas de	
Informação	72	Informação	80
Trabalho de Conclusão de Curso II	72	Trabalho de Conclusão de Curso II	80

Currículo Anterior		Currículo de 2008/1	
-	-	Qualidade e Teste	80
-	-	Sociologia	40
-	-	Psicologia	40
-	-	Instituições de Direito	80

3.2 Descrição das Ementas da Base Curricular

A seguir, são listadas as ementas das disciplinas da base curricular implantada.

	Denominação da Disciplina Ementa		
		RIMEIRO SEMESTRE	
01	Fundamentos da Computação	História e evolução da computação. Conceitos básicos e terminologia. Hardware e Software: sistemas operacionais, linguagem de programação e aplicativos. Redes. Banco de dados. Internet. Sistemas de numeração. Álgebra booleana.	
02	Inglês Instrumental	Estudar tópicos gramaticais e vocabulário técnico específico de sistemas de informação, proporcionando atividades para que o aluno tenha condições de ler em inglês.	
03	Língua Portuguesa	Técnicas de leitura e interpretação de textos e enunciados. Aspectos morfossintáticos pertinentes à compreensão e produção de textos. Estratégias de redução de informação: esquemas, resumos e resenhas. Orientação para a confecção de trabalhos acadêmicos. Orientações e prática de comunicação oral. Redação dissertativa e técnica.	
04	Técnicas de Programação	Capacitar o aluno para conhecer as noções de programação de computadores, permitindo a resolução de problemas através de algoritmos computacionais.	
05	Matemática	Conjuntos numéricos, intervalos, equações de 1º e 2º graus. Sistemas de equações lineares. Funções: linear, quadrática, exponenciais e logarítmica. Aplicação das funções aos cursos de administração, ciências contábeis e sistemas de informação: função de demanda, oferta, custo, receita e lucro. Matrizes.	
		EGUNDO SEMESTRE	
06	Arquitetura e Organização de Computadores	A arquitetura de Von Neumann. Organização interna de computadores. Registradores, conjunto de instruções, modos de endereçamento. Hierarquia de memórias. Interrupções. Entrada e Saída. Interfaces. Arquiteturas não convencionais: conceitos e classificações de desktops, notebook, servidores, clusters.	
07	Linguagem e Programação I	Estudo da sintaxe das linguagens de programação: estrutura do programa, tipos abstratos de dados, expressões, estruturas condicionais, estruturas de repetição, estruturas de dados homogêneas e heterogêneas. Arquivos. Bibliotecas. Desenvolvimento de aplicações utilizando uma linguagem de programação.	
08	Matemática Aplicada	Limites e Continuidade. Derivada. Integral definida.	
09	Teoria da Administração	Antecedentes históricos da administração. As funções administrativas. Áreas funcionais. Abordagem Clássica da Administração. Abordagem Humanística da Administração. Abordagem Neoclássica da Administração. Administração por Objetivos. Abordagem Estruturalista da Administração. Abordagem Comportamental da Administração.	
10	1	ERCEIRO SEMESTRE Conceito de sistemas de gerência de banco de dados.	
	Banco de Dados I	Conceitos básicos: independência de dados, modelos, abordagens hierárquica, rede e relacional. A abordagem relacional: modelos de dados e restrições de integridade, álgebra e cálculo relacional. Linguagem SQL. Normalização e dependências funcionais. Modelagem entidade-relacionamento.	
11	Estatística	Introdução à estatística (variáveis e amostras). Séries	

		estatísticas. Gráficos estatísticos. Distribuição de freqüência. Medidas de tendência central, de ordenamento e posição.
		Medidas de variabilidade, de assimetria e curtose. Probabilidades. Distribuições de Probabilidade. Regressão e
12	Estrutura de Dados	Correlação. Testes de hipóteses. Representação e manipulação de estruturas de dados
12		estáticas e dinâmicas, tais como: matrizes, listas encadeadas, pilhas, filas e árvores.
13	Linguagem de Programação II	Estudo dos conceitos da programação orientada a objetos. Com a implementação através de uma linguagem orientada a objetos de classe-objetos, herança, polimorfismo, comunicação e associação. Implementação de interfaces
		gráficas e de armazenamento de dados.
		UARTO SEMESTRE
14	Banco de Dados II	Administração de banco de dados. Concorrência, serialização de transações e recuperação. Linguagens de definição, manipulação e controle de banco de dados. Otimização de consultas. Transformação de modelos.
15	Economia	Projeto de Banco de Dados. Bancos de dados distribuídos. Conceitos e Princípios Básicos; Evolução do Pensamento Econômico; Microeconomia; Macroeconomia; Principais
		aspectos da economia brasileira; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Econômico; Globalização da economia; Desafios Empresariais na Economia.
16	Instituições de Direito	Noções básicas do Direito Positivo: público e privado. A lei e o direito. Direito Constitucional. O Estado: origem e
		organização dos poderes. Direito Administrativo. Direito Penal. Direito Civil: sistema e a divisão do novo Código Civil. Direito das Obrigações. Direito das Coisas. Direito de
		Família. Direito das Sucessões. Direito Processual Civil: processo de conhecimento e o processo de execução,
		competência, citação e intimação, a resposta do réu, a sentença e recursos. O Juizado Especial Civil. Direito do Trabalho.
17	Linguagem de Programação III	Estudo de uma linguagem de programação para desenvolvimento de aplicativos voltado para a Internet.
18	Sistemas Operacionais	Objetivos e evolução dos sistemas operacionais. Estrutura e contexto dentro do software básico. Gerenciamento de processos e da CPU. Gerenciamento de memória (real e
		virtual). Gerenciamento de entrada e saída. Deadlocks.
		Gerência de arquivos. Estudo de casos. UINTO SEMESTRE
19	Empreendedorismo	A importância da Inovação Tecnológica para as empresas.
	Empreemedonsmo	Características do empreendedor. Espírito Empreendedor. Estímulo à criação de novos negócios e de desenvolvimento de micro e pequenos empresários. Desenvolvimento de
		competências básicas à implantação de um empreendimento. Desvinculação dos indivíduos da
		ocupação tradicional, o emprego. Plano de negócios. Abertura de um negócio próprio. Solução para a geração de trabalha o renda. Visão de pagácios e marrado.
21	Engenharia de Software	trabalho e renda. Visão de negócios e mercado. Introdução à Engenharia de Software. Modelos do Ciclo de
_'		Vida de Desenvolvimento de Software. Processos de Software. Técnicas de Planejamento e Gerenciamento de
		software. Metodologias de Desenvolvimento de Software. Gerência de configuração de Software. Garantia da Qualidado do Software. Verificação Validação e Tostos de
		Qualidade de Software. Verificação, Validação e Testes de Software. Engenharia de Requisitos. Padrões de Desenvolvimento. Documentação de Software. Reuso.
		Normas (ISO) e Padrões (IEEE). Engenharia Reversa.
22	Linguagem de Programação IV	Ambientes de Desenvolvimento de Software. A linguagem C# e o framework .net. Uso do Visual Studio
	gaagom ao i Togramação IV	1.1 migaagom on o o namework met. Ood do visual Otudio

	T	
		2008. Mapeamento objeto-relacional. Desenvolvimento
		multicamadas. Persistência de dados. Design e
		programação orientados a objetos. SOA. Testes unitários em
		.net. AJAX.
23	Metodologia e Pesquisa Científica	Epistemologia do conhecimento. Produção do conhecimento
		científico. Introdução à pesquisa científica. Métodos e
		técnicas da pesquisa. Princípios, métodos e técnicas da
		investigação e análise de dados. Estrutura, organização,
		redação e apresentação de trabalhos científicos.
24	Redes de Computadores I	História da evolução das redes de computadores. Meios
		físicos, tecnologias de comunicação, protocolos, topologias,
		Modelo OSI, roteamento e protocolo TCP/IP. SEXTO SEMESTRE
25		
25	Estágio Supervisionado	Estágio é o período de exercício pré-profissional previsto em
		currículo, em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo
		atitudes fundamentais, profissionalizantes ou comunitárias,
		programadas ou projetadas, avaliáveis em conceito, com
		duração e supervisão constantes de leis e normas.
26	Fundamentos de Sistemas de	
	Informação	de seres humanos. Tipos de sistemas de informação.
		Sistemas de processamento de transações. Sistemas de
		informações gerenciais. Sistemas de suporte a decisão.
		Sistemas especialistas. Relação entre sistemas de
		informação de estruturas organizacionais.
27	Redes de Computadores II	Projeto e administração de redes. Qualidade de serviço.
	·	Integração de serviços. Segurança. Estudos de casos.
28	Tópicos Avançados em Sistemas de	Metodologias de Desenvolvimento de Software.
	Informação I	Metodologias Ágeis. Manifesto Ágil. Evolução dos Ciclos de
		Desenvolvimento. Evolução da Indústria. Pensamento Lean
		e princípios do Sistema Toyota de Produção aplicado ao
		desenvolvimento de software. Scrum. Extreme
		Programming. Mudança cultural e comportamentos para o
		uso de Metodologias Ágeis. Ferramentas de apoio ao uso de
		Metodologias Ágeis. Testes de Software. Métricas para
		desenvolvimento de software. Modelos de qualidade.
		Metodologias de desenvolvimento x qualidade e teste de software.
		ÉTIMO SEMESTRE
29	Análise e Projeto de Sistemas	Visão geral de Desenvolvimento de Sistemas. Introdução ao
23	7 mailed of Fojeto de Oisternas	Ciclo de Vida. Processos de Software. Histórico da Análise
		de Sistemas. Engenharia de Requisitos. Orientação a
		Objetos. Análise e Projeto Orientado a Objetos (OOAD).
		Modelagem com UML. Padrões de Análise. Introdução a
		Arquitetura de Software. Introdução a Padrões de Projeto
		(Design Patterns) e Frameworks. Mapeamento Objeto-
		Relacional (ORM).
30	Psicologia	O indivíduo e a organização. Comportamento humano.
		Personalidade. Papéis e valores. Processos de liderança.
		Tensão e conflito. Feedback. Funcionamento e
0.4	Commence	desenvolvimento de grupos.
31	Segurança em Sistemas de	3
	Informação	principais metodologias de defesa da informação,
		envolvendo conceitos como Segurança Física (acesso e prevenção a sinistros); Princípios de Tolerância a Falhas;
		Ameaças à segurança; Vírus, vermes e outras ameaças
		eletrônicas; Criptografia; Sistemas de Detecção de Intrusão;
		Planejamento de Segurança e Noções de Biometria.
32	Sociologia	Introdução e contextualização histórica dos discursos
52		sociológicos clássicos das ciências sociais. As principais
		teorias da sociologia. Desenvolvimento da sociedade
		mediante a ação de determinados campos: organização
	L	,

		social, expressão simbólica, poder, estado, ideologia, dentre outros. A relação sociedade-indivíduo. Sociologia das organizações.
33	Trabalho de Conclusão de Curso I	Específica da área de cada trabalho de conclusão . Trabalho de Conclusão de Curso I consiste no desenvolvimento de pesquisa individual orientada, tendo como foco um dos temas abordados nas áreas das disciplinas ministradas ao longo do Curso, objetivando propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar o grau de maturidade alcançado, a capacidade de aprofundamento temático e a habilidade de pesquisa em bibliografia especializada.
		ITAVO SEMESTRE
34	Atividades Complementares	Conforme regulamento apresentado no capítulo XX
35	Filosofia	Fundamentos filosóficos. Objetividade e valores. O discurso filosófico: originalidade e propriedades. Conhecimento. Ciência Política. Moral. Lógica. Ética da administração, da empresa e do gerente. Novos Cenários. Tendências filosóficas.
36	Gerência de Projetos	Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação, Análise de Caminha Críticos de Projeto, Formação e Controle de Equipes de Projeto, Análise de Riscos de Projeto, Acompanhamento Financeiro de Projetos.
37	Qualidade e Teste	Qualidade de Software. Testes de Software. Métricas para desenvolvimento de software. Modelos de qualidade. Metodologias de desenvolvimento x qualidade e teste de software.
38	Tópicos Avançados em Sistemas de Informação II	Introdução à Governança de TI - Definição, objetivos, componentes; Regulamentações de TI - Sarbanes-Oxley; Modelos de Governança de TI - COBIT, CMMI, PMBOK, ITIL, Six Sigma, Balanced Scorecard, outros modelos; Implantação de Governança de TI; Estudos de caso
39	Trabalho de Conclusão de Curso II	Específica da área de cada trabalho de conclusão. Trabalho de Conclusão de Curso II consiste no desenvolvimento de solução a um problema computacional, tendo como foco um dos temas abordados nas áreas das disciplinas ministradas ao longo do Curso, objetivando propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar o grau de maturidade alcançado, a capacidade de aprofundamento temático e a habilidade de desenvolvimento de soluções.

3.3 Descrição da Bibliografia Básica e Complementar das Disciplinas

A seguir, são listadas as bibliografias básicas e complementares das disciplinas da base curricular implantada.

	Denominação da Disciplina	Bibliografia Básica	Bibliografia Complementar
		PRIMEIRO SEMESTRE	
01	Fundamentos da Computação	MONTEIRO, Mário A. Introdução à Organização de Computadores. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. FEDELI, R.; POLLONI, E.; PERES, F. Introdução à ciência da computação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. BROOKSHEAR, J. G. Ciência da computação: uma visão abrangente.	completo. 4 ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. MEYER, M. et al. Nosso futuro e o computador. Porto Alegre: Bookman, 2000.
		Porto Alegre: Bookman, 2000.	
02	Inglês Instrumental	CAMBRIDGE DICTIONARY, Advanced Learner's, Cambridge University Press, 2008.	,,

		GLENDINNING, Eric. Basic English	
03	Língua Portuguesa	for Computing. 5.ed. Oxford, 2001. CALVINO, Ítalo. O Barão nas Árvores. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. O Cavaleiro Inexistente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. O Visconde Partido ao Meio. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. CIPRO NETO, Pasquale. Gramática da Língua Portuguesa/ Pasquale & Ulisses.— São Paulo: Scipione, 1998. LUFT, Celso Pedro. Dicionário da Língua Portuguesa. TERRA, Ernani. Linguagem, Língua e Fala. São Paulo: Scipione, 1997.	ANDRADE, Maria Margarida de, HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa – Noções para Cursos Superiores. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1999. GARCIA, Othon. M. Comunicação em prosa moderna. 17ª ed. Rio de janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996. VALENÇA, Ana. Roteiro de Redação: lendo e argumentando / Ana Valença, Denise Porto Cardoso, Sônia Maria Macahado; coord. Antonio Carlos Viana. – São Paulo: Scipione, 1998. VANOYE, Francis. Usos da Linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 11ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. ZANDWAIS, Ana. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Sagra,1990
04	Técnicas de Programação	FALKEMBACH, Gilse Morgental; SILVEIRA, Sidnei Renato Silveira. Algoritmos e Programação I. ULBRA: Canoas, RS. Caderno Universitário. FORBELLONE, A. L. V., EBERSPACHER, H. F. – Lógica de Programação: A Construção de Algoritmos e Estrutura de Dados. EVARISTO, Jaime; CRESPO, Sérgio. Aprendendo a programar: programando numa linguagem algorítmica executável (ILA). Rio de Janeiro: Book Express, 2000.	GUIMARÃES, Ângelo M.; LAGES, Newton Alberto de Castilho. Algoritmos e Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: LTC: 1994. KOTANI, Alice M.; SOUZA, Reginaldo L.; UCCI, Waldir. Lógica de programação. 7. São Paulo: Érica, 1999. MANZANO, José A. N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo. Algoritmos: Lógica para Desenvolvimento de Programação. Érica, 1996. WIRTH, Niklaus. Algoritmos e Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1989.
05	Matemática	SILVA, Ermes Medeiros da, SILVA, Élio Medeiros da, SILVA, Sebastião Medeiros da, Matemática básica para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2002. Matemática para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. Editora Atlas, 1994 Vol. I	WEBER, J.E. Matemática para economia e administração. Ed.
		SEGUNDO SEMESTRE	
06	Arquitetura e Organização de Computadores	ERCEGOVAC, Milos; LANG, Tomás; MORENO, Jaime. Introdução aos Sistemas Digitais. Porto Alegre: Bookman, 2000. Weber, Raul Fernando. Fundamentos de Arquitetura de Computadores. Série livros didáticos da UFRGS.Ed. Sagra Luzzato, 3ª. Edição 2004. TANENBAUM, A. Organização Estruturada de Computadores. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2001.	Weber, Raul Fernando. Arquitetura de Computadores Pessoais. Série livros didáticos da UFRGS.Ed. Sagra Luzzato, 2ª. Edição 2003. ERIC, P. Assembler: Aprenda como programar seu PC. São Paulo: Érica, 1993. GOOR, A. J. Computer Architecture and Design. Addison-Wesley, 1991. MONTEIRO, Mário A. Introdução à Organização de Computadores. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. TOCCI, Ronald J. Sistemas Digitais: Princípios e Aplicações. Prentice Hall.
07	Linguagem e Programação I	DALL´OGLIO, Pablo. PHP: Programando com Orientação a Objetos. 2ª. Edição. Novatec, 2009. NIEDERAUER, Juliano. WEB Interativa com Ajax e PHP. Novatec,	MELO, Alexandre; NASCIMENTO, Mauricio. PHP Profissional. Novatec, 2007. NIEDERAUER, Juliano. PHP para quem conhece PHP. Novatec,

NIEDERAUER, Deservolvendo Websites com PHP. Novatec, 2004. SILVA, S. M.; SILVA, E. M.; MATON, Howard. Calculo: um novo horante. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2001. Contábeis, Vol. 1. 5° ed. São Paulo: Aldas, 1999 Altas, 1999 Altas, 1999 Teoria da Administração KWASNICKA, Eunice: Introdução à Administração uma a Teoria Geral da Administração e Cineta Marios e de Contabilidade. 8° ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. GUIDORIZEI, H.I. Um curso de cáculo. Vol. 1. Róo de Janeiro: LTC, 2001. SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analitica. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1994. HTHOMAS G.BFINNEYR, L.:WEIR, M. D.:GIORAPMO, F.R. Cálculo: Vol. 1. São Paulo: Addison Wesley, 2002. ARTOUR, O. Administração entre a troa Geral da Administração. Ed. Compada a Teoria Geral da Administração. Ed. Compada: A Teoria Geral da Administração. Ed. Compada: A Teoria Geral da Administração. Ed. Compada: Rio de Janeiro: Campus, 2000. CHIAVENATO, Idalberto, Introdução à Teoria Geral da Administração. Ed. Compada: Rio de Janeiro: Campus, 2000. CHIAVENATO, Idalberto, Introdução à Administração. São Paulo: Ploneira, 1988. 2000. REGINDAD A RIO RIO REGINDAD A RIO REGINDAD A RIO REGINDAD A RIO REGINDAD A RIO RIO REGINDAD A RIO CESAT. Introdução à Administração. São Paulo: Ploneira, 1988. MAXIMIAMO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Ploneira, 1988. MAXIMIAMO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Ploneira, 1988. MAXIMIAMO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Ploneira, 1988. MAXIMIAMO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Planeira Cesar Itoria Geral da Administração. São Paulo: Planeira Cesar Itoria Geral da Administração. São Paulo: Altas, 2000. MEGGINSON, L.C., MOSLEY, D.C. e PIETRI JR, P.H. Administração. São Paulo: Makron D.C. e PIETRI JR, P.H. Administração. São Paulo: Makron D.C. e PIETRI JR, P.H. Administração. São Paulo: Makron D.C. e PIETRI JR, P.H. Administração. São Paulo:			2007.	2008.
Matemática Aplicada SILVA, S. M.; SILVA, E. M.; Matemática para so cursos de Economia, Administração e Côfencias Contábeis. Vol. 1. 6º ed. São Paulo: Atlas, 1999 Atlas, 1999 Atlas, 1999 Teoria da Administração Contábeis, Vol. 1. 6º ed. São Paulo: Atlas, 1999 Teoria da Administração Contábeis, Vol. 1. 6º ed. São Paulo: Atlas, 1999 Teoria da Administração Contábeidade. 8º ed. Porto Algres: Bookman, 2000. GUIDORIZZI, H.I. Um curso de calculo. Vol. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2001. SONGOWSKI, E. W. Cálculo com Gornetra Analtica. Vol. 1. São Paulo: Addison Wesley, 2002. Administração Contábeidade. 8º ed. Porto Algres: Bookman, 2000. GUIDORIZZI, H.I. Um curso de Contábeidade. 8º ed. Porto Algres: Bookman, 2000. Administração Contábeidade. 8º ed. Porto Algres: Bookman, 2000. Administração Contábeidade. 8º ed. Porto Algres: Administração Contábeidade. 8º errovação. 8ão Paulo: Administração de a renovação. 8ão Paulo: Administração de Rio de Janeiro: Campus, 2000. CHIAVENATO, Idabeito, Introdução à Forto Algres: AGE, 1998. DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração São Paulo: Proneira, 1998. Administração Contábeidade. 8º eg. Porto Algres: AGE, 1998. Administração Contábeidade. 8º eg. Porto Algres: AGE, 1998. Paulo: Atlas, 1996. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração São Paulo: Proneira, 1998. MORAS, Antonio Cesar. Teoria Geral da Administração Contábeidade de Geral da Administração São Paulo: Atlas, 2000. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração Contábeidade. 8º ed. Porto Algres: Administração Contábeida			NIEDERAUER, Juliano. Desenvolvendo Websites com PHP.	2000.
Matemática para os cursos de Economia, Administração e Ciénciais Eoktman, 2001. Contábeis, Vol. 1, 5º ed. São Paulo: Atlas, 1999 Atlas, 1999 Atlas, 1999 Atlas, 1999 Atlas, 1999 Teoria da Administração MASNICKA, Eunies: Introdução à Administração de Cardatibilidade, 8º ed. Pot Alegre: Bookmann, 2000. GUIDORIZZI, H. J. Um curso de caículo. Vol. 1, Rio de Janeiro: LTC, 2001. SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analitica. Vol. 1, São Paulo: Makron Books, 1994. HFICMAS, G. B. FINNEY, R. L. WEIR, M. M. C. SIORDANO, F. R. Cálculo. Vol. 1, São Paulo: Medison Westley, 2002. Administração. Uma Sintesas 2º Edição, São Paulo: Addison Westley, 2002. CHIAVENATO, Idableno. Introdução à Trodria Geral da Administração. 6º ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. CHIAVENATO, Idableno. Introdução à Teoria Geral da Administração. Pensando à Teoria Geral da Administração São Paulo: Ploneira, 1998. COMPACE, Peter F. Introdução à Administração São Paulo: Ploneira, 1998. FAYOL, H. Administração industrial que geral: previsão, organização de Empresas. São Paulo: Atlas, 1996. MASIERO, Gilmar. Introdução à Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 2000. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração industrial que geral: previsão, organização pento Alegre Colo. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 1996. MASIERO, Gilmar. Introdução à Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 1996. MASIERO, Gilmar. Introdução à Paulo: Atlas, 1996. MASIERO, Gilmar. Introdução à Paulo: Atlas, 1990. MASIMARO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração. Je Edição. São Paulo: Makron da Administração de Empresa de Conceitos e Aplicações de Edição. São Paulo: Makron da Administração. São Paulo: Prentice Hall, 2004 MORGAN, Gareth. Magos. São P				
Teoria da Administração Teoria da Administração entre a Administração. Uma Sintese. 28 Edição. São Paulo: Atlas, 1995 CHIAVENATO, Idalberto, Introdução à Teoria Geral da Administração. 69 ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000. CHIAVENATO, Idalberto, Introdução à Teoria Geral da Administração. 69 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. CHIAVENATO, Idalberto, Introdução à Teoria Geral da Administração. 61 Sonta Compacta. Rio de Janeiro: Campus, 2000. DRUCKER, Peter F. Introdução à Teoria Geral da Administração. 61 São Paulo: Administração. 50 Paulo: Administração. 50 Paulo: Administração e controle. São Paulo: Atlas, 1996. MASIERO, Gilmar. Introdução à Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 1996. MASIERO, Gilmar. Introdução à Administração. 56 Edição. São Paulo: Atlas, 1996. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Introdução à Administração. 56 Edição. São Paulo: Atlas, 2000. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração. 56 Edição. São Paulo: Atlas, 2000. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração. 56 Paulo: Atlas, 2000. MEGGINSON, L.C., MOSLEY, D.C. e PIETRI JR, P.H. Administração. São Paulo: Atlas, 2000. MEGGINSON, L.C., MOSLEY, D.C. e PIETRI JR, P.H. Administração. São Paulo: Atlas, 2000. MORAES, Anna Maria Pereira de Iniciação ao Estudo da Administração. São Paulo: Makron Books, 2000. PEREIRA, Anna Maria. Introdução à Administração. São Paulo: Makron Books, 2000. PEREIRA, Anna Maris. Introdução à Administração. São paulo: Atlas, 2000. MOTTA, Fernando C. P. Teoria Geral da Administração. Uma Introdução. 22º ed., São Paulo: Pioneira, 2000. MOTTA, Fernando C. P. Teoria Geral da Administração. Uma Introdução. 22º ed., São Paulo: Pioneira, 2000. Pioneira, 2000. MOTTA, Fernando C. P. Teoria Geral da Administração. Uma Introdução. 22º ed., São Paulo: Pioneira, 2000. P	08	Matemática Aplicada	Matemática para os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo:	horizonte. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2001. GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D.C.; SCHNEIDER, D. I. Matemática Aplicada: Economia, Adminsitração e Contabilidade. 8ª ed. Porto Alegre: Bookmann, 2000. GUIDORIZZI, H.I. Um curso de cálculo. Vol. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2001. SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1994. THOMAS, G.B.;FINNEY,R.L.;WEIR, M. D.;GIORDANO,F.R. Cálculo. Vol.1
TERCEIRO SEMESTRE	09	Teoria da Administração	Administração. Uma Síntese. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1995 CHIAVENATO, Idalberto, Introdução à Teoria Geral da Administração. 6ª ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. Ed. Compacta. Rio de Janeiro: Campus,	AKTOUF, O. Administração entre a tradição e a renovação. São Paulo: Atlas, 1996. CARAVANTES, Geraldo R. Teoria Geral da Administração: Pensando e Fazendo. Porto Alegre: AGE, 1998. DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração. São Paulo: Pioneira, 1998. FAYOL, H. Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle. São Paulo: Atlas, 1996. MASIERO, Gilmar. Introdução à Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 1996. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Introdução à Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 1996. MAXIMIANO, Antônio Cesar. Teoria Geral da Administração: da Escola Científica à Competitividade na Economia Globalizada. 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 2000. MEGGINSON, L.C., MOSLEY, D.C. e PIETRI JR, P.H. Administração: Conceitos e Aplicações. 4ª Ed. São Paulo: HARBRA Ltda, 1998. MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998. MORAES, Anna Maria Pereira de. Iniciação ao Estudo da Administração. São Paulo: Saraiva, 1998. MORAES, Anna Maria Pereira de. Iniciação ao Estudo da Administração. São Paulo: Makron Books, 2000. PEREIRA, Anna Maris. Introdução à Administração. São Paulo: Makron Books, 2000. PEREIRA, Anna Maris. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2000. MOTTA, Fernando C. P. Teoria Geral da Administração. Uma Introdução. 22ª ed., São Paulo:
			TERCEIRO SEMESTRE	
	10			

11	Estatística	Shamkant. Sistemas de Banco de Dados - Fundamentos e aplicações. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. KORTH, Henry F.; SILBERSCHATZ, Abraham; SUDARSHAN, S. Sistemas de Banco de Dados. 3. Ed. São Paulo: Makron Books, 1999. HEUSER, Carlos A. Projeto de Banco de Dados. 4. ed. Porto Alegre: Sagra, 2001. FREUND, John E; SIMON, Gary A. Estatística aplicada: economia,	dados. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 284 p. ISBN 8535201580. CRESPO, A. Arnot. Estatística
		administração e contabilidade. 9. Porto Alegre:Bookman, 2000. TRIOLA, Mario F. Introdução a Estatística, Rio de Janeiro, editora LTC,1999. STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harbra,1986.	Saraiva,1991. SPIGEL, M.R.; Estatística. Editora McGraw Hill,1 ^a Edição, 1984
12	Estrutura de Dados	VELOSO, Paulo et al. Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: Campus. SCHILDT, Herbert. C Completo e Total. São Paulo: Makron Books, 1996. PREISS, Bruno R. Estruturas de dados e algoritmos: padrões de projetos orientados a objetos com Java. [Data structures and algorithms: with object-oriented design patterns in Java]. GOUVÊA, Elizabeth Ferreira (trad.). Rio de Janeiro: Campus, 2000. 566 p. ISBN 85-7110-0693-0.	Rio de Janeiro: LTC, 1994. 320 p. ISBN 85-216-1014-9. GOODRICH, Michael; TAMASSIA,
13	Linguagem de Programação II	LEMAY, Laura. "Aprenda em 21 dias Java 2". Rio de Janeiro: Campus, 1999. 661 p. DEITEL & DEITEL. "Java: Como Programar". Porto Alegre: Bookman, 2001. HORSTMANN, Cay S. Big Java. Porto Alegre: Bookman, 2004. 1125 p. Ref. Bib: 005.133J H819b	Eckel, Bruce. Thinking in Java. Disponível na internet, em http://www.mindview.net. YOURDON, Edward; COAD, Peter. Análise Baseada em Objetos. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1991. 225p. JACOBSON, Ivar; CHRISTERSON, Magnus; JONSSON, Patrik; ÖVERGAARD, Gunnar. Object- Oriented Software Engineering. 9. ed. Greenwich, EUA: Ed. ACM Press, 1998. 528p. BOOCH; RUMBAUGH; JACOBSON. UML: Guia do Usuário. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
		QUARTO SEMESTRE	
14	Banco de Dados II	ELMASRI, Ramez.; NAVATHE, Shamkant. Sistemas de Banco de Dados - Fundamentos e aplicações. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. KORTH, Henry F.; SILBERSCHATZ, Abraham; SUDARSHAN, S. Sistemas de Banco de Dados. 3. Ed. São Paulo: Makron Books, 1999.	Banco de Dados. 4. ed. Porto Alegre: Sagra, 2001. SQL Server 2005 Books Online GARCIA-MOLINA, Hector; ULLMAN, Jeffrey D; WIDOM, Jennifer. Implementação de Sistemas de Bancos de Dados. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
15	Economia	ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2004. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio (org.) Manual de Economia - equipe dos professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.	M.A., TONETO JR. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2006. HUNT E.K. História do pensamento econômico. Rio de janeiro;

			TROSTER, Robert. Introdução à
			economia. São Paulo: Makron
			Books, 2006. MÜLLER, Antônio. Manual de
			MULLER, Antônio. Manual de economia básica. Petrópolis, RJ;
			Vozes, 2004.
			O'SULLIVAN, Arthur & SHEFFRIN,
			Steven. Introdução à economia:
			princípios e ferramentas. São
			Paulo: Prentice Hall, 2004.
			PINDYCK, Robert S. e Rubinfield,
			Daniel L. Microeconomia. São Paulo; Makron Books, 1999
			SANDRONI, Paulo. Novíssimo
			dicionário de economia. São Paulo:
			Best Seller, 2004.
			SINGER, P. Curso de Introdução à
			Economia Política. Rio de Janeiro:
			Forense Universitária, 2002.
			SINGER, P. O que é economia. São Paulo: Contexto, 2001.
			SOUZA, Nali de Jesus de Curso de
			Economia. São Paulo: Atlas, 2003.
			SOUZA, Nali de Jesus de
			Desenvolvimento Econômico. São
			Paulo: Atlas, 1999.
			VASCONCELLOS, Marco Antonio,
			e GARCIA, Manuel. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva,
			2005.
			WESSELS, W. J. Economia. São
			Paulo: Saraiva, 2003.
16	Instituições de Direito	ASCENSÃO, José de Oliveira.	ACCIOLY, H. Manual de direito
		Direito Autoral. Rio de Janeiro. Forense, 1980.	internacional público. Rio de
			Janeiro: Saraiva, 1996.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil.	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de
			ANDRADE, E.G.L. de. Curso de
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas,
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas,
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro:
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro:
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro:
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro:
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro:
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BESSONE, D. Compra e venda.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BESSONE, D. Compra e venda. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BESSONE, D. Compra e venda. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997. BRASIL. Código civil (mini). Rio de
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BESSONE, D. Compra e venda. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997.
		DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Nelpa, 2004. CRETELLA NETO, José; Cretella Jr., José. 1.000 Perguntas e respostas de Direito Internacional Público e Privado. 6.ed. Rio de	ANDRADE, E.G.L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992. ANDRADE FILHO, E.O. Direito penal tributário: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1996. BAPTISTA, L.D. Contratos Internacionais: uma visão teórica e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BARACHO, J.A.O. Teoria geral de cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C. R. Curso de direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BASTOS, C.R. Dicionário de direito constitucional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. BESSONE, D. Compra e venda. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997. BRASIL. Código civil (mini). Rio de Janeiro: Saraiva, 2003.

trabalho e legislação complementar. São Paulo: Allas, 1993. ——————————————————————————————————	
Description of the control of the co	trabalho e legislação
Description of the control of the co	complementar, São Paulo: Atlas,
Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). — Código de Proteção e Defesa ao Consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998. BRASIL. Código tributario nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998. BRASIL. Código tributario nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998. BULGARELI, W. Direito comercial. São Paulo: Atlas, 1998. — Tratado de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 1998. BULGARELI, W. Fusões, incorporações e de sociedades. São Paulo: Atlas, 1998. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1998. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1998. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999. CARSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1998. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1998. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1998. COELIO, Fabio Ulbona. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. — Código Comercial a legislação complementar anotados . Ed. Saraiva. COELIO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELIO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COELIO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COELIO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA RASILL RIO. A FEDERATIVA DO BRASILL RIO. A FEDERATIVA DO BRASIL R	
Federaliva do Brasil. Rio de Janeiro: Sarávia 1997 (Coleção) Sarávia de Legislação). — Codigo de Proteção e Defesa ao Consumidor. Rio de Janeiro: Sarávia, 1994. BRASIL. Código tributario nacional. Rio de Janeiro: Sarávia, 1994. BULGARELLI, W. Direito comercial. São Paulo: Atlas, 1996. — Tratado de direito empresará. São Paulo: Atlas, 1996. BLAGARELLI, W. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orgamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orgamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das lois do trabalho. Rio de Janeiro: Sarávia, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Sarávia, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comestitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Sarávia, 1994. — COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Sarávia. — Código Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Sarávia. — COELHO, Full. Empresário e Direito tributário Brasileiro. Ed. Forense. COELHO, Full. Empresário pública. Rio de Janeiro: Sarávia, 1994. COELHO, Fabio Direito. Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COELHO, Full. Empresário pública. Rio de Janeiro: Sarávia, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Sarávia, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA de Janeiro: Sarávia, 1995. CONSTITUIÇÃO DA RASIL. RIO de Janeiro: Sarávia, 1995. CONSTITUIÇÃO DA RASIL. RIO de Janeiro: Sarávia, 1996. DORIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Sarávia, 1996. DORIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Sarávia, 1996. DORIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Sarávia, 1996. DORIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Sarávia, 1996.	
Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). — Código de Proteção e Defesa ao Consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BRASIL. Código tributário nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BRASIL. Código tributário nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BULGARELLI, W. Dreito comercial. São Paulo: Atlas, 1996. — Tratado de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 1996. BULGARELLI, W. Fusões, 1996. BULGARELLI, W. Fusões, 1996. GAMPOS, D. Direito financeiro e organeratrialo: São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e organeratrialo: São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e organeratrialo: São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das lois do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998. CAASSONE. V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucido de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 5 volumes. Ed. Saraiva COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 10 de Janeiro. Saraiva 1995. CORRARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro. Saraiva 1995. CORREIA. MO, G. Ações coleitivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro. Saraiva 1995. CORREIA. MO, G. Ações coleitivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro. Saraiva, 1995. DORIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro. Saraiva, 1995. DORIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro. Saraiva, 1996.	
Sariava de Legislação). — Código de Proteção e Defesa ao Consumidor. Rio de Janeiro: Sariava, 1996. BRASIL. Código tributário nacional. Rio de Janeiro: Sariava, 1994. BULGARELLI, W. Direito comercial. São Paulo: Atlas, 1996. — Tratado de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 1996. BULGARELLI, W. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários a consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CARSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. — Código Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. — Código Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. — Código Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. — COELHO, FJU. Empresario e o dianeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Secha Calmon Navarro. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. — COELHO, FJU. Empresario e o dianeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Secha Calmon Navarro. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. — COELHO, FJU. Empresario e o dianeiro: Saraiva, 1995. COELEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração publica. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpresada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpresada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DORIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpresada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.	
Defesa ao Consumidor, Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BRASIL. Código tributario nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BULGARELLI, W. Drieto comercial. São Paulo: Atlas, 1996. ———————————————————————————————————	Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção
Defesa ao Consumidor, Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. BRASIL. Código tributario nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BULGARELLI, W. Drieto comercial. São Paulo: Atlas, 1996. ———————————————————————————————————	Saraiva de Legislação).
Defesa ao Consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BRASIL. Código tributário nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BULGARELLI, W. Direito comercial. São Paulo: Atlas, 1996	
Janeiro: Saraiva, 1996. BRASIL. Código tributário nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BULGARELLI, W. Direito comercial. São Paulo: Atlas, 1996. ——————————————————————————————————	
BRASIL. Código tributário nacional. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BULGARELLI, W. Direito comercial. São Paulo: Atlas, 1996. ———————————————————————————————————	
Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. BULGARELLI, W. Direito comercial. São Paulo: Atlas, 1996. ——————————————————————————————————	
BULGARELLI, W. Direito comercial. Sao Paulo: Atlas, 1996. ——————————————————————————————————	BRASIL. Código tributário nacional.
BULGARELLI, W. Direito comercial. Sao Paulo: Atlas, 1996. ——————————————————————————————————	Rio de Janeiro: Saraiva, 1994.
São Paulo: Atlas, 1996. Tratado de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 1996. BULGARELLI, W. Flusões, incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orgamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orgamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	BULGARELLI, W. Direito comercial.
mpresarial. São Paulo: Atlais, 1996. BULGARELLI, W. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlais, 1998. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlais, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro. Saraíva, 1996. CARRION, V. Direito tributario. São Paulo: Atlais, 1996. CARRION, V. Direito tributario. São Paulo: Atlais, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraíva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraíva. Cofoligo Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraíva e de Janeiro: Saraíva, 1994. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito de consumidor. Rio de Janeiro: Saraíva, 1994. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributario Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraíva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraíva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraíva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraíva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraíva, 1997. CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraíva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraíva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraíva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraíva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao codigo civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraíva, 1995. DORIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraíva, 1996. ENGELBERG, E. Contravos de intermocionais do comércio. São	·
empresarial. São Paulo: Atlas, 1996. BULGARELLI, W. Fusões, BULGARELLI, W. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orgamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	
1996. BULGARELLI, W. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CAMRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhioa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. COELHO, Fábio Ulhioa. Curso de Direito Comercial e legislação complementar anotados. Ed. Saraiva. COELHO, F. J. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações colteivas e o direito do ribo Drasalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasilario intermetada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasilario intermetada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasilario intermetada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasilario intermetada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasilario intermetada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução do código civil brasilario intermetada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.	
BULGARELLI, W. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro: Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial a legislação complementar anotados. Ed. Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da daministração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva; 1996. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva; 1996. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva; 1996. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva; 1996. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva; 1996.	· ·
incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes de Direito Comercial. 4 legislação complementar anotados . Ed. Saraiva. COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COÉLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da da daministração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÜBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÜBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÜBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONTREIA, M.O.G. Ações coetivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CORREIA, M.O.G. Ações coetivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DORIA D. curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.	
sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS. D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentário à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. Cócligo Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraiva. COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da daministração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CERERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CERERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CORREIA, M.O.G. Ações coetivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.	BULGARELLI, W. Fusões,
sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS. D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentário à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. Cócligo Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraiva. COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da daministração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CERERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CERERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CORREIA, M.O.G. Ações coetivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.	incorporações e cisões de
1996. CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1986. CENEVIVIA, W. Direito constitucional prasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	
CAMPOS, D. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributario. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. CÓEJGO Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraiva. COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COÉLHO, Sacha Calmono Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: COLEÇÃO Saraiva de licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995 (Coleção Saraiva de Legislação). CORFARTIVO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORFARTIVO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. La Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. La Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro: interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei contratos de Medita de Contratos intermacionais do comércio. Sã	· ·
orçamentário. São Paulo: Atlas, 1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	
1996. CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	
CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	orçamentário. São Paulo: Atlas,
CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	
consolidação das leis do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ————————————————————————————————————	
Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. CASSONE; V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. CÓELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. CÓFLHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Sacha Calmon Navarro. CUrso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.	
CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	
São Paulo: Atlas, 1996. CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	
CENEVIVA, W. Direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	
constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. Código Comercial e legislação complementar anotados. Ed. Saraiva (COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos intermacionais do comércio. São	São Paulo: Atlas, 1996.
Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	CENEVIVA, W. Direito
Janeiro: Saraiva, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. ———————————————————————————————————	constitucional brasileiro. Rio de
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. Código Comercial e legislação complementar anotados. Ed. Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos intermacionais do comércio. São	
Direito Comercial. 3 volumes. Ed. Saraiva. Código Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio e o direito do consumidor. Rio e o direito do consumidor. Rio e o Janeiro: Saraiva, 1994. COÉLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Saraiva. Código Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COĒLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Código Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COĒLHO, Sacha Calmon Navarro. CURS de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. Por la direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	Saraiva.
Comercial e legislação complementar anotados . Ed. Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. Por la direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	Código
complementar anotados . Ed. Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COÉLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997. CORSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.	
Saraiva COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COÉLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
COELHO, F.U. Empresário e o direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
direito do consumidor. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÖRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos interpracionais do comércio. São	
Janeiro: Saraiva, 1994. COÉLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	direito do consumidor. Rio de
COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	Janeiro: Saraiva, 1994.
Curso de Direito Tributário Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Brasileiro. Ed. Forense. COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
COLEÇÃO Saraiva de licitações: licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
administração pública. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Janeiro: Saraiva, 1995. COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
COMPARATO, F.K. Direito empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Saraiva, 1995. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
FEDERATIVÁ DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
FEDERATIVÁ DO BRASIL. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
Janeiro: Saraiva, 1997 (Coleção Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Saraiva de Legislação). CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
CORREIA, M.O.G. Ações coletivas e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
e o direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Janeiro: Saraiva, 1994. CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
CUNHA, M.I.A. Direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	Janeiro: Saraiva, 1994.
Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
DINIZ, M.H. Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
código civil brasileiro interpretada. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
DÓRIA D. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.
comercial. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	DÓRIA D. Curso de direito
1996. ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
ENGELBERG, E. Contratos internacionais do comércio. São	
internacionais do comércio. São	
Paulo: Atlas. 1996.	
to the state of th	Paulo: Atlas, 1996.

		<u></u>	
			FABRETTI, L. C. Prática tributária
			da micro e pequena empresa. São
			Paulo: Atlas, 1996.
			HARADA, K. Sistema tributário na constituição de 1988 (tributação
			progressiva). Rio de Janeiro:
			Saraiva, 1991.
			MARTINS, S. P. Direito e
			seguridade social. São Paulo: Atlas,
			1996.
			MELLO, R.C. Acidentes de
			trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva,
			1990.
			NASCIMENTO, Amauri Mascaro.
			Curso de Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do
			trabalho. 9ª Ed. Rio de Janeiro:
			Saraiva, 1997.
			OLIVEIRA, J. de. Acidentes de
			trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva,
			1994.
			REIS, Henrique Marcello dos.
			REIS, Cláudia Nunes Pascon dos.
			Direito para Administradores, Vol. I. São Paulo: Ed. Pioneira Thomson
			Learning.
			REIS, Henrique Marcello dos.
			REIS, Cláudia Nunes Pascon dos.
			Direito para Administradores, Vol.
			II. São Paulo: Ed. Pioneira
			Thomson Learning.
			REIS, Henrique Marcello dos.
			REIS, Cláudia Nunes Pascon dos. Direito para Administradores, Vol. I.
			São Paulo: Ed. Pioneira Thomson
			Learning.
			RIO GRANDE DO SUL.
			Constituição do Estado do Rio
			Grande do Sul. 4ª Ed. Porto Alegre:
			Livraria do Advogado, 1998.
			RUSSO, F. OLIVEIRA, N. de.
			Manual prático para constituição de
			empresas. São Paulo: Atlas, 1996. SAMANEZ, C. P. Leasing: análise e
			avaliação. São Paulo: Atlas, 1991.
			SUSSEKIND, Arnaldo.
			Instituições de Direito do Trabalho.
			3 volumes. Ed. LTr. SIMÃO
			FILHO, A. Franchising. São Paulo:
			Atlas, 1996.
			SUSSEKIND, Arnaldo.
			Instituições de Direito do Trabalho. 3 volumes. Ed. LTr.
			TEMER, Michel. Elementos de
			Direito Constitucional. 10ª Ed. São
			Paulo: Malheiros Editores, 1994.
			TRINDADE, A.A.C. Proteção
			internacional dos direitos humanos.
4-	Linear Annual B	DEITEL & BEITEL :	Rio de Janeiro: Saraiva, 1991.
17	Linguagem de Programação III	DEITEL & DEITEL. Java: Como	
		programar. Porto Alegre: Bookman, 2001.	Rogers. Aprenda em21 dias Java 2. Rio de Janeiro:
		Temple, André; Mello, Rodrigo	
		Fernandes;Calegari, Danival	
		Taffarel; Schiezaro, Maurício.	Jonathan. Aprendendo Java. Rio de
		Jsp, Servlets e J2EE. Disponível na	
		internet através da licença Creative	
		Commons, em	
		http://143.107.183.31/mello/outros/liv	
		ro-v03-figuras.pdf.	

18	Sistemas Operacionais	SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter; GAGNE, Greg.	TANEMBAUM, Andrew S.; WOODHULL, Albert S. Sistemas
		Sistemas Operacionais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.	Operacionais: projeto e implementação.
		TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos. Rio de	MACHADO, Francis B. Arquitetura de Sistemas Operacionais. 4 ed.
		Janeiro: Prentice-Hall, 1995.	Rio de Janeiro: LTC, 2007.
40	le ·	QUINTO SEMESTRE	DDIDOEO WEE
19	Empreendedorismo	DOLABELA, F. O segredo de Luísa. São Paulo: Cultura, 1999. HISRICH, R.D., PETERS, M.P. Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2005. DORNELAS, Jose C. A . Emprendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro, Campus, 2001	BRIDGES, Wiliam. Um mundo sem empregos: os desafios da sociedade pós-industrial. São Paulo, Makronbooks, 1995 DOLABELA, F. A Vez do Sonho. São Paulo: Cultura, 2000. DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor. São Paulo, ed. Cultura, 1999 DRUCKER, P.F. Inovação e Espírito Empreendedor. São Paulo: Thomson, 2001. FILION, L. J., DOLABELA, F. Boa Idéia! E Agora? São Paulo: Cultura, 2000. MACHLINE, C.; MOTA, I. S.; WEILL, K. Manual da Administração da Produção. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, , 2001. PETERS, T. O Círculo da Inovação. São Paulo: Harbra, 1998.
			VASCONCELOS, P., PAGNOCELLI, D. Construindo estratégias para vencer. Rio de Janeiro: Campus, 2001
21	Engenharia de Software	IEEE Computer Society. SWEBoK – Guide to the Software Engineering Body of Knowledge. Version 2004. CA: IEEE, 2004. Disponível em http://www.swebok.org PRESSMAN, Roger. Engenharia de software. 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 1995. SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. 8ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.	BOOCH, G. UML: Guia do Usuário. Rio de Janeiro: Campus, 2000. HEUSER, C.A. Projeto de Banco de dados. Porto Alegre: Sagra – Luzzato, 2000. LARMAN, Craig, Utilizando UML e padrões: uma introdução à análise e projeto orientados a objetos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. RUMBAUGH, J. et al. Modelagem e projeto orientados a objetos. Rio de Janeiro: Campus, 1995. AMBLER, S. Modelagem Ágil: práticas eficazes para a Programação eXtrema e o Processo Unificado. Porto Alegre: Bookman, 2004. BECK, Kent. Programação eXtrema Explicada. Porto Alegre: Bookman, 2004. KOSCIANSKI, André; SOARES, Michel. Qualidade de Software. Novatec, 2006.
22	Linguagem de Programação IV	Troelson, A; Profissional C# e a Plataforma .NET 3.5 – Curso Completo. Alta Books, 2009.	Liberty, J; Programando C# 3.0. Alta Books, 2009. Eochert, S; Linq em Ação. Ciência Moderna, 2009. Liberty, J; Horowitz, A; Programando .net 3.5.
			Alta Books, 2009. Chen, Philip. C# Para Programadores Java. Alta Books, 2002.
23	Metodologia e Pesquisa Científica	GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciência	FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho

		T	T =
		Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2007.	Formatação. Explicação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008. HAUENSTEIN, Deisi; PAZETTO, Denise. Monografias, Dissertações e Teses: manual completo para normalização segundo a ABNT. São Paulo: Nova Prova, 2008. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
24	Redes de Computadores I	TANEMBAUM, Andrew S. Redes de Computadores 4ª edição 2003. Editora Campus KUROSE James F. Redes de computadores e a internet. Ed. Addison-Wesley, 2006 Torres, Gabriel Redes de Computadores Curso Completo editora Axcel Books, 2001 SEXTO SEMESTRE	Comunicação de dados e redes de computadores. Ed.
25	Estágio Supervisionado	GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar	FURASTÉ, Pedro Augusto.
20		Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996. LIMA, Manolita Correia & OLIVO, Silvio (orgs.). Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Thomson, 2006. ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2007	Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
26	Fundamentos de Sistemas de Informação	AUDY, JORGE LUIS NICOLAS. ANDRADE, GILBERTO KELLER DE. CIDRAL, ALEXANDRE. FUNDAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. PORTO ALEGRE: BOOKMAN. 2005. LAUDON, KENNETH C LAUDON, JANE P. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAIS. SÃOPAULO: PEARSON. 2007. STAIR, RALPH M. PRINCÍPIOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – UMA ABORDAGEM GERENCIAL. SEGUNDA EDIÇÃO. SÃO PAULO LTC. 1998.	INFORMAÇÃO. SÃO PAULO: ATLAS. 2007 BATISTA, MERSON DE O. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: O USO CONSCIENTE DA TECNOLOGIA PARA O GERENCIAMENTO. SÃOPAULO: SARAIVA. 2004.
27	Redes de Computadores II	TANEMBAUM, Andrew S. Redes de Computadores 4ª edição 2003. Editora Campus KUROSE James F. Redes de computadores e a internet. Ed. Addison-Wesley, 2006 Torres, Gabriel Redes de Computadores Curso Completo editora Axcel Books, 2001	Comunicação de dados e redes de computadores. Ed. São Paulo, Bookman, 2006. ISO/IEC 20000: uma introdução Por Jan van Bon,Leo van Selm,Sonia C. Filippelli Garcia,Marco Chiarioni.

	T	T	(Dan-Hina Dan Ingara Dan
			(Brazilian Por Jan van Bon Ed. itSMF 2006
28	Tópicos Avançados em Sistemas de Informação I	Cohn, Mike. Agile Estimating and Planning. 2006.	Kniberg, Henrik. Scrum and XP from the Trenches, disponível na
		Liker, Jeffrey. The Toyota Way. 2004.	
		Poppendieck, Mary; Poppendieck,	http://www.infoq.com/mi
		Tom. Implementing Lean Software	nibooks/scrum-xp-from-
		Development: From Concept to	
		Cash,2005.	Shore, James. The Art of Agile Development. 2007
			Cohn, Mike. User Stories Applied.
			2004.
29	Análise e Projeto de Sistemas	SÉTIMO SEMESTRE AMBLER, S. Modelagem Ágil:	COCKBURN, Alistair. Escrevendo
23	7 mailse e i Tojeto de Gisternas	práticas eficazes para a	
		Programação eXtrema e o Processo	
		Unificado. Porto Alegre: Bookman, 2004.	GAMMA, Erich et al. Padrões de Projeto. Porto Alegre: Bookman,
		LARMAN, Craig, Utilizando UML e	
		Padrões: uma introdução à análise e	HEUSER, C.A. Projeto de Banco de
		ao projeto orientado a objetos. 3ª edição, Porto Alegre: Bookman,	dados. Porto Alegre: Sagra – Luzzato, 2000.
		2007.	BECK, Kent. Programação eXtrema
		BOOCH, G. UML: guia do usuário.	Explicada. Porto Alegre: Bookman,
		Rio de Janeiro: Campus, 2000.	2004. FOWLER, Martin. Padrões de
			Arquitetura de Aplicações
			Corporativas. Porto Alegre:
30	Psicologia	ROBBINS, Stephen Paul.	Bookman, 2006. BLEGER, J. Psico-higiene e
30	1 Sicologia	Comportamento Organizacional. 11.	
		São Paulo: Pearson Prentice Hall,	alegre: Artes Médicas, 1992.
		2006. DAVIDOFF, L.L. Introdução à	CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. São Paulo, Editora Atlas,
		Psicologia. São Paulo: Makron	<u>1997.</u>
		Books, 2001.	DEJOURS, C. O fator humano. Rio
		SPECTOR, Paul E. Psicologia nas Organizações. 2. São Paulo:	
		Saraiva, 2006.	Psicodinâmica do
			<u>Trabalho: contribuições da escola</u> Dejouriana à análise da relação
			prazer, sofrimento e trabalho. São
			Paulo: Editora Atlas, 1994.
			VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética.
			Rio de Janeiro: Civilização
			Brasileira, 1995. WAGNER III, J e HOLLENBECK, J.
			Comportamento Organizacional:
			criando vantagem competitiva. São
31	Segurança em Sistemas de	TERADA, Routo. Segurança de	Paulo: Saraiva, 1999. VIGLIAZZI, Douglas. Biometria:
	Informação	Dados: criptografia em redes de	medidas de segurança. São Paulo:
		computadores. São Paulo: Edgard	Visual Books, 2006. BUEGE, Brian; LAYMAN, Randy &
		Blucher, 2000. CHESWICK, William; BELLOVIN,	TAYLOR, Art. Segurança contra
		Steven & RUBIN, Aviel. Firewalls e	hackers J2EE e JAVA.São Paulo:
		Segurança na Internet: repelindo o	
		hacker ardiloso. Porto Alegre: Bookman, 2004.	DAWEL, George A Segurança da Informação nas Empresas:
		OAKS, Scott. Segurança de dados	ampliando horizontes além da
		em JAVA. Rio de Janeiro: Ciência	
		Moderna, 1999.	Moderna, 2005. GARFINKEL, Simson &
			SPAFFORD, Gene. Comércio &
			Segurança na Web. São Paulo:
			Market Books, 1999. PEREIRA, Fábio Dacêncio;
	1	<u>l</u>	

	T	T	MODENO Educard Dovid 9
			MORENO, Edward David & CHIARAMONTE, Rodolfo Barros.
			Criptografia: em software e
			hardware. São Paulo: Novatec,
- 00	Ossisla sis	CHAIL M "Conside à Filosofie" Ozo	2005.
32	Sociologia	CHAUI, M. "Convite à Filosofia". São Paulo: Àtica, 2002.	CATTANI, Antonio David & HOLZMANN, Lorena (Org.).
		DEMO, P. "Sociologia: uma	Dicionário de Trabalho e
		introdução crítica" . E. ed. São	Tecnologia. Porto Alegre: Editora
		Paulo: Atlas, 1985.	da UFRGS, 2006.
		SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A,, "Ética".	DAMATTA, Roberto. Profissões
		Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,	Industriais na vida brasileira. Brasília: Editora Universidade de
		22ª ed., 2002.	Brasília: Senai:Ministério do
			Trabalho e Emprego, 2003.
			DURKHEIM, Émile. As regas do
			método sociológico. Martin Claret.
			São Paulo, 2005 (Pág. 31-40). DIAS, Reinaldo. Introdução à
			Sociologia. Pearson. São Paulo,
			2005 (Pág. 21-26 e 33-43).
			IANNI, Octavio. Pensamento social
			no Brasil. Edusc. São Paulo, 2004
			(Pág. 103-113) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich.
			O manifesto comunista. São Paulo:
			Paz e Terra, 1996 (Pág. 07-30).
			MARTINS, Carlos Benedito. O que
			é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Cap. 1-2).
			MARTINS, José de Sousa. Cotas
			para negras na Universidade. 2008.
			Disponível em: http://www.lpp-
			uerj.net/olped/documentos/ppcor/00
			31.pdf. Acesso em: novembro de 2008.
			MOTTA, Fernando C. Prestes. O
			que é burocracia. São Paulo:
			Brasiliense, 2000 (Cap. 2-3).
			SCHWARTZMAN, Simon. Notas
			sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil. 2008. Disponível em:
			http://www.schwartzman.org.br/sim
			on/paradoxos.htm. Acesso em:
			outubro de 2008.
			WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Martin
			Claret. São Paulo, 2004 (Pag. 23-
			35).
			QUINTANEIRO, Tania et al. Um
			toque de clássicos: Marx, Weber e Durkheim. Belo Horizonte: Editora
33	Trabalho de Conclusão de Curso I	HAUENSTEIN, Deisi; PAZETTO,	Danaronn. Bolo Honzonte. Editora
		Denise. Monografias, Dissertações e	
		Teses: manual completo para a	
		normalização segundo a ABNT. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.	
		OITAVO SEMESTRE	
34	Atividades Complementares	L FIGURES 15	1011110
35	Filosofia	LEISINGER, Klaus. Ética empresarial. Petrópolis: Vozes,	AGUIAR, Francis. A ética nas empresas. Rio de Janeiro: Zahar,
		2001.	1996.
		OLIVEIRA, et alli. Introdução ao	BROWN, Marvin T. Ética nos
		Pensamento Filosófico. São Paulo:	negócios. São Paulo: Makron
		Loyola, 1990. SIDEKUM, Antonio. Ética e	Books, 1993. CHAUI, Marilena . O que é
		alteridade. São Leopoldo: Unisinos,	ideologia. São Paulo: Brasiliense,
		2002.	1985.
		CHAUI, M. "Convite à Filosofia". São	COSTA, Jurandir Freire. A ética e o
		Paulo: Àtica, 2002.	espelho da cultura. Rio de Janeiro:

36	Gerência de Projetos	PHILLIPs, Joseph. Gerência de Projetos de Tecnologia da Informação. 5ª. ed. Rio de janeiro: Editora Campos, 2003. Projecto Management Institute. PmBoK – Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projeto, 4ª edição . PMI, Global Standart, 2009. VALERIANO, Dalton L. Gerencia em projetos : pesquisa, desenvolvimento e engenharia. São Paulo : Pearson Education, 2004.	Projetos. Rio de Janeiro: Editora
		438p.	
37	Qualidade e Teste	TELES, Vinícius. Extreme Programming. São Paulo: Novatec, 2006. KOSCIANSKI, André; SOARES, Michel dos Santos. Qualidade de Software, São Paulo: Novatec, 2006. Beck, Kent. Programação Extrema Explicada, Bookman: 2004.	de Software. São Paulo: Makron, 1995. FOWLER, Martim; SCOTT, Kendall. UML Essencial. Porto Alegre: Bookman, 2000.
38	Tópicos Avançados em Sistemas de Informação II	FERNANDES, A.; ABREU, V. Implantando a Governança de TI – da estratégia à gestão dos processos e serviços. Brasport. 2009. WEILL, P.; ROSS, J. Governança de TI – Tecnologia da Informação. MBooks. 2005	MAGALHÃES, I. Gerenciamento de serviços de TI na prática. Novatec. 2007.
39	Trabalho de Conclusão de Curso II	HAUENSTEIN, Deisi; PAZETTO, Denise. Monografias, Dissertações e Teses: manual completo para a normalização segundo a ABNT. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.	

4 Avaliação Institucional

A Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos não é uma instituição de ensino superior particular nem pública. A faculdade procura reunir o que há de bom nos dois modelos, o que resulta num terceiro gênero - o comunitário. A Faculdade, portanto, possui como filosofia oferecer educação superior de excelência, visando incrementar processos de mudanças de hábitos e de qualidade de vida.

A avaliação institucional é concebida como um processo contínuo, por meio do qual a faculdade constrói conhecimento sobre a sua própria realidade com a finalidade de buscar a melhoria contínua de sua atuação, atingindo a excelência educativa. Para tanto, a partir do planejamento de suas metas, registra e sistematiza informações, compara resultados com as metas propostas, analisa significado de ações, identifica pontos fracos, fortes e potencialidades, estabelecendo estratégias para superação de problemas. Este é um processo cíclico, criativo e renovado de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a instituição.

O plano de trabalho proposto para a realização da auto-avaliação institucional da FACENSA -Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos, foi estabelecido a partir das diretrizes estabelecidas pelo SINAES -Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.

O plano contempla as informações pertinentes à formação da CPA - Comissão Própria de Avaliação, dimensões a serem avaliadas, objetivos da avaliação proposta, estratégias e metodologia empregadas, recursos disponibilizados para o trabalho da comissão e o cronograma de atividades, definindo a divulgação dos resultados para o segundo semestre do corrente ano.

4.1 Constituição da CPA

A CPA - Comissão Própria de Avaliação foi instituída através de um ato administrativo da Direção da Faculdade, representada pela Prof. Eunice Carolina Ohlweiler de Oliveira. A CPA foi criada no dia 13 de junho de 2004, tendo o mandato de seus membros válidos por 02 (dois) anos. A CPA tem a responsabilidade de conduzir o processo de avaliação interna e de sistematizar as informações coletadas, além de interpretá-los de acordo com as finalidades e a missão da instituição. A CPA da FACENSA teve a seguinte constituição, desde seu início:

Em maio de 2005 foi desenvolvida a auto-avaliação nos seguintes seguimentos:

- Avaliação do desempenho docente
- Auto-avaliação do corpo discente
- Avaliação da infra-estrutura da faculdade
- Avaliação do trabalho da coordenação dos cursos

Membros:

- Coordenador da CPA Prof. Sidnei Renato Silveira
- Prof. Ciro Weber (Representante Docente)
- Acadêmico Marcelo Adamatti (Representante Discente)
- Sr^a. Darcila Osório (Representante da Comunidade)

- Profa. Denise M. Costa (Representante do Corpo Técnico-Administrativo)

2006

- Auto-avaliação dos alunos nas disciplinas
- Aspectos favoráveis da avaliação do curso como um todo
- Auto- avaliação do aluno quanto ao curso
- Avaliação do trabalho da coordenação dos cursos
- Avaliação da infra-estrutura da faculdade

Membros:

- Prof^a Denise Moreira da Costa (Coordenadora)
- Prof. Ciro Weber (Representante Docente do curso de Bacharelado em Administração)
- **Prof**^a **Eunice Santos da Silva Ramos** (Representante docente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação)
- Acadêmico Marcelo Adamatti (Representante Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação)
- Acadêmico Cleiton Rezende Cabral (Representante Discente do curso de Bacharelado em Administração)
- Sra. Darcila Osório (Representante da Comunidade)
- Secretária Antônia de Almeida (Representante do Corpo Técnico-Administrativo)

2007

Seminário de avaliação realizada em novembro 2007

- Auto-avaliação dos alunos nas disciplinas
- Avaliação do aluno quanto as disciplinas
- Avaliação do trabalho da coordenação dos cursos
- Avaliação da infra-estrutura da faculdade
- Ações desencadeadas

Membros:

- Coordenadora: Prof^a. Denise Moreira da Costa (Coordenadora do NADD- Núcleo de Apoio Discente e Docente);
- Representante do Corpo Docente: Prof. Ciro Weber (Professor dos Cursos de Bacharelado em Administração e Ciências Contábeis);
- Representante do Corpo Docente: Prof. Luiz Claudio Parzianello (coordenador do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação);
- Representante do corpo Docente: Prof^a Rita Marosco Ippólito Andrade (coordenadora do Curso de Bacharelado de Direito)
- Representante do Corpo Discente: Acadêmico Cleiton Luis Rezende Cabral (Acadêmico do Curso de Bacharelado em Administração);
- Representante do Discente: Acadêmico Deivis Faria de Azevedo (Acadêmico do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação);
- **Técnico-Administrativo: Srt^a Antônia de Almeida** (Responsável pelo Registro Acadêmico da FACENSA);
- Representante da Comunidade: Sra. Darcila Osório Ribeiro (Presidente do Lions Clube de Gravataí).

2008

- Autoavaliação dos alunos nas disciplinas

- Avaliação do aluno quanto às disciplinas
- Avaliação da infraestrutura da faculdade Ações desencadeadas

Membros:

- Coordenadora: Profa. Denise Moreira da Costa

(Coordenadora do NADD- Núcleo de Apoio Discente e Docente);

- Representante do Corpo Docente: Prof. Ciro Weber

(Professor do Curso de Bacharelado em Administração);

- Representante do Corpo Docente: Prof. Barbara Silva Costa (Professora do Curso de Bacharelado em Direito);
- Representante do Corpo Docente: Prof. Marcelo Euzébio Baptista (Professor do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação);
- Representante do Corpo Docente: Prof. José Daniel Tavares (Professor do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis);
- Representante do Corpo Discente: Acadêmico Cleiton Luis Rezende Cabral (Acadêmico do Curso de Bacharelado em Administração);
- Representante do Discente: Acadêmico Renata Zinelli (Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito);
- Representante do Discente: Acadêmico Diego Costa Burger (Acadêmico do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação);
- Representante do Discente: Acadêmico Clarissa Zimerman (Acadêmico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis);
- Técnico-Administrativo: Srt^a Zélia Dada (Responsável pelo Registro Acadêmico da FACENSA);
- Representante da Comunidade: Sra. Darcila Osório Ribeiro (Presidente do Lions Clube de Gravataí).

A FACENSA, mesmo sendo uma instituição de ensino superior credenciada recentemente (no ano de 2002), preocupa-se com a avaliação institucional, tendo realizado a primeira avaliação no primeiro semestre de implantação dos seus dois cursos superiores (Bacharelado em Administração com Habilitação em Administração Industrial e Bacharelado em Sistemas de Informação), em 2002/2. Além desta avaliação, foram realizadas avaliações específicas do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação (envolvendo a atuação docente e discente, nos semestres de 2003/2 e 2004/2), além de uma segunda avaliação geral da instituição, realizada via Internet, em 2003/2. Este trabalho é realizado semestralmente pela CPA.

Cabe registrar que a FACENSA têm um compromisso com a comunidade, por pertencer à rede da CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), sendo uma instituição filantrópica e gerida pela comunidade local. Este compromisso envolve uma série de dimensões e ações, confirmadas pela missão institucional: "Promover a formação integral das pessoas, oferecendo educação de excelência, com compromisso social".

4.2 Plano de Trabalho da Auto-Avaliação Institucional

A proposta de auto-avaliação institucional segue as diretrizes estabelecidas no artigo 30 da Lei nº 10.861/2004, envolvendo as seguintes dimensões:

- Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- Responsabilidade social da instituição;

- Comunicação com a sociedade;
- Políticas de pessoal, envolvendo as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
 - Organização e gestão da instituição;
 - Infra-estrutura física, recursos de informação e de comunicação;
 - Planejamento e avaliação;
 - Políticas de atendimento aos estudantes;
 - Sustentabilidade financeira;
- Outras dimensões consideradas relevantes de acordo com a instituição.

Objetivos

A auto-avaliação institucional da FACENSA (avaliação interna) tem por objetivos:

- Produzir conhecimentos acerca das ações desenvolvidas pela faculdade;
 - Conhecer o perfil dos ingressantes;
- Verificar se estão sendo cumpridas as finalidades da instituição, definidas no PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Identificar as causas dos problemas e deficiências da instituição, visando corrigí-los;
- Incentivar a constituição de uma consciência pedagógica, por parte dos corpos discente e docente;
- Proporcionar a qualificação pedagógica do corpo docente e do corpo técnico-administrativo:
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
 - Tomar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- Identificar e incentivar o desenvolvimento de atividades voltadas para a comunidade, dentro do princípio de responsabilidade social;
- Prestar contas das ações desenvolvidas à comunidade na qual a FACENSA está inserida.

Estratégias

Para alcançar os objetivos propostos e realizar a auto-avaliação institucional serão adotadas as seguintes estratégias:

- Aplicação de instrumentos de avaliação interna, permitindo identificar os pontos fortes e fracos referentes à infra-estrutura fisica da faculdade, corpo técnico-administrativo, corpo docente e estrutura curricular. Estes instrumentos serão aplicados com o corpo discente, docente e técnicoadministrativo, de acordo com o escopo de sua atuação na instituição;
- Aplicação de instrumentos que possibilitem a avaliação da instituição pela comunidade (avaliação externa), visando identificar se os meios de comunicação estabelecidos entre a instituição e a comunidade são adequados.

Metodologia

A metodologia utilizada será alicerçada na aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, para serem aplicados ao corpo discente, corpo docente e corpo técnico- administrativo.

Após a aplicação dos instrumentos, os dados serão analisados, através da tabulação e geração de gráficos demonstrativos, além de uma análise qualitativa, permitindo que sejam identificados os pontos fortes e fracos de cada dimensão. Esta análise permitirá a definição de ações corretivas, para reverter às ações negativas desencadeadas pelos pontos fracos. Os resultados obtidos serão apresentados para todos os envolvidos no processo de avaliação.

5 Atividades Complementares

O regulamento das Atividades Complementares foi aprovado, conforme reunião do dia 25 de novembro de 2008. O referido regulamento é descrito a seguir.

Cuidar o período. (se for 2008/1, regulamento antigo)

5.1 Regulamento

- Art.1º O presente regulamento tem por finalidade estabelecer normas para a realização e o registro das Atividades Complementares da FACENSA, Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos, obedecido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9.394/96, em seu artigo 43, o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei n 10.172 de 09 de janeiro de 2001 e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos oferecidos pela FACENSA e demais Resoluções e Pareceres que tratam do assunto.
- Art.2º "Atividade Complementar" é uma modalidade curricular que objetiva o enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, promovendo a flexibilização curricular, favorecendo o desenvolvimento da competência de "aprender a aprender", permitindo articulação entre teoria e prática e estimulando a educação continuada dos egressos dos cursos.

Parágrafo Único - As Atividades Complementares são orientadas para estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de caráter interdisciplinar visando a permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso e depois dele.

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Art.3º As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular dos cursos de graduação, no total previsto nas respectivas Diretrizes Curriculares de cada curso oferecido pela FACENSA.
- Art. 4º A realização das atividades complementares é de responsabilidade do acadêmico.
 - Art.5° As Atividades Complementares podem ser realizadas em 04 (quatro) grupos:
 - I Grupo 1: Atividades de Ensino e Extensão;
 - II Grupo 2: Atividades de Iniciação à Pesquisa;
 - III Grupo 3: Atividades de Iniciação Profissional;
 - IV Grupo 4: Eventos Variados
- Art.6º O estudante deve optar por realizar as referidas atividades complementares no mínimo em dois dos quatro grupos, à sua escolha, sendo considerado, para fins de cômputo, um limite máximo de 50% das horas totais num único grupo.
- Art. 7º As atividades complementares podem ser desenvolvidas ao longo do curso, em qualquer semestre ou período letivo, sem prejuízo da freqüência às aulas e que não sejam concomitantes com as atividades letivas do curso.

Parágrafo único - O período de realização e registro das Atividades Complementares está condicionado ao período de efetiva matrícula do acadêmico no curso, exceto nos casos de aproveitamento de currículo, quando o estudante tinha vínculo

de matrícula com outra instituição no mesmo curso, desde que contidos no histórico escolar da instituição proveniente e que estejam relacionados com as áreas do curso.

Art.8º - Serão aceitas as seguintes atividades como complementares, conforme carga-horária especificada, os seguintes itens, a saber;

Grupo	Descrição da Atividade	Horas
1	Participação em encontros, jornadas, cursos, seminários e similares de áreas correlatas, prevalecendo o de âmbito maior.	Horas certificadas
	Realização de curso de língua estrangeira em instituição juridicamente constituída, com freqüência e aprovação comprovadas.	Horas certificadas
	Disciplinas cursadas em áreas correlatas, com aprovação em cursos de Instituição Superior reconhecida pelo MEC	Carga horária da disciplina
	Participação em cursos de extensão e aperfeiçoamento realizados em IES reconhecida pelo MEC, desde que relacionados ao curso de graduação.	Horas certificadas
	Realização de oficinas de complementação de estudos, relacionados aos objetivos do curso, tipo Reforço de Disciplina oferecido pela FACENSA.	Horas Certificadas
2	Participação em atividades de iniciação científica, como bolsista ou voluntário, realizadas na FACENSA, mediante a apresentação de relatórios de acompanhamento dos órgãos de fomento e do professor, ou orientador, ou pesquisador.	Horas certificadas
	Publicação de artigo em anais de congressos, simpósios, encontros, jornais e revistas especializadas em áreas afins.	50% das horas de Atividades complementares

Descrição da Atividade	Horas
Apresentação/exposição de trabalhos em Exposições, Feiras, Mostra de trabalhos acadêmicos, aprovados e avaliados por professor da FACENSA.	25% das horas do grupo
Premiação em concursos de Iniciação Científica ou Jovem Cientista relacionados aos objetivos do curso.	50% das horas de Atividades complementares
Atividades sociais de caráter eminentemente sócio- comunitário na área do curso e/ou da FACENSA, efetuadas junto à entidade legal e beneficente, humanitária ou filantrópica, legalmente instituída	Horas certificadas
Estágio Profissional (extracurriculares) na Instituição ou fora, desde que em atividade relacionada os objetivos do curso duração mínima de um semestre, sujeito à aprovação da Coordenação do curso.	Horas certificadas
Participação em atividade desenvolvida em convênio com órgãos governamentais ou em órgão vinculado a uma Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC que envolva a:	Horas certificadas
- prestação de consultorias,	
- prestação de assessorias,	
- elaboração de projetos,	
- análises de natureza econômica, comercial e/ou administrativa,	
(a exemplo das atividades desenvolvidas pelo crédito assistido, extensão empresarial ou agência de fomento)	
- Participação em Diretório Acadêmico;	30% da carga horária
- Assistência a Bancas de Doutorado, Mestrado e TCC	certificada
	Apresentação/exposição de trabalhos em Exposições, Feiras, Mostra de trabalhos acadêmicos, aprovados e avaliados por professor da FACENSA. Premiação em concursos de Iniciação Científica ou Jovem Cientista relacionados aos objetivos do curso. Atividades sociais de caráter eminentemente sóciocomunitário na área do curso e/ou da FACENSA, efetuadas junto à entidade legal e beneficente, humanitária ou filantrópica, legalmente instituída Estágio Profissional (extracurriculares) na Instituição ou fora, desde que em atividade relacionada os objetivos do curso duração mínima de um semestre, sujeito à aprovação da Coordenação do curso. Participação em atividade desenvolvida em convênio com órgãos governamentais ou em órgão vinculado a uma Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC que envolva a: - prestação de consultorias, - prestação de assessorias, - elaboração de projetos, - análises de natureza econômica, comercial e/ou administrativa, (a exemplo das atividades desenvolvidas pelo crédito assistido, extensão empresarial ou agência de fomento) - Participação em Diretório Acadêmico;

DO REGISTRO

- Art. 9º A validade das atividades complementares está sujeita a análise e aprovação da Coordenação de Curso, devendo estas serem registradas em formulários próprios fornecidos pela Secretaria da Faculdade.
- Art. 10º O certificado de comprovação, fornecido pela organização promotora do evento, deve ser emitido em papel timbrado, assinado pelo responsável e com destaque para a respectiva carga horária e beneficiário.

Parágrafo Único - As cópias dos comprovantes das atividades complementares devem ser entregues e protocoladas na secretaria, acompanhadas de seus respectivos documentos originais, os quais serão devolvidos após autenticação no ato da entrega.

Art.11º - Compete ao Coordenador do Curso avaliar os documentos apresentados pelo estudante, atribuindo e validando a carga horária para registro.

Art.12º - O estudante receberá junto com o Histórico Escolar um Histórico das Atividades Complementares, contendo o nome da atividade, a carga horária auferida pelo Coordenador de Curso e soma total das horas realizadas pelo estudante.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art.13º O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação, passará a regulamentar todos os Cursos da FACENSA.
- Art.14º Os casos omissos, no presente regulamento, serão analisados pela Coordenação de Curso; pela Direção da Faculdade; persistindo dúvidas, pelo Conselho Superior da FACENSA.

6 Estágio Supervisionado

Segundo o projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, o Estágio Supervisionado envolve um trabalho a ser desenvolvido pelo aluno, podendo ser uma pesquisa científica ou em organização privada ou pública (orientado por um Supervisor de Estágio), que deve resultar em uma monografia ou relatório de atividades, com o objetivo de adquirir experiência em um ambiente de trabalho real e pôr em prática os conhecimentos teóricos adquiridos no curso, além de colher subsídios para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

O estágio é a atividade profissional, desempenhada pelo acadêmico, que tem estreita correlação com sua formação acadêmica, independente do vínculo empregatício que o ligue à empresa ou à entidade pública.

A relação Faculdade-Empresa é imprescindível para o bom desempenho de atividades relacionadas com pesquisa e execução de trabalhos práticos nos quais sejam aplicados conhecimentos e técnicas incluídos no campo da Informática.

Para que se atinja e mantenha o mais alto padrão de ensino, é necessário que o Estágio Supervisionado contribua para dar, ao futuro profissional, a experiência e flexibilidade normalmente adquiridas através da continuada convivência com sua futura realidade profissional. O estágio deve evidenciar a necessidade de melhor adequação entre o currículo acadêmico e o mercado de trabalho.

No Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, o Estágio Supervisionado corresponde a 08 créditos (160 horas de atividade).

6.1 Regulamento

O presente regulamento normatiza as atividades de Estágio supervisionado a que devem se submeter os alunos do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação e tem por finalidade, dar ao estudante a experiência e flexibilidade normalmente adquiridas através da continuada convivência com sua futura realidade profissional.

Definição

Estágio é o período de exercício pré-profissional previsto em currículo, em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atitudes fundamentais, profissionalizantes ou comunitárias, programadas ou projetadas, avaliáveis em conceito, com duração e supervisão constantes de leis e normas.

Objetivos

O Estágio Supervisionado tem como objetivo complementar a formação acadêmica, possibilitando a integração entre teoria e prática, através do contato do aluno com a vida profissional, em empresas ou instituições. O Estágio deve proporcionar ao acadêmico uma formação em posto de trabalho que facilite sua integração ao mercado de trabalho. Deve, portanto, dotar o estudante de um instrumental prático indispensável ao perfeito desempenho de sua futura atividade profissional. Conceitos

O projeto do estágio (Anexo I) deve contemplar os principais aspectos do estágio a ser realizado pelo estudante e traçar a linha básica a ser adotada, em termos de alcance, objetivos, metodologias, justificativas e cronograma de trabalho.

O Relatório Final de Estágio (Anexo II) é o documento, gerado durante o exercício do Estágio Supervisionado, formalizando a sua execução à aprovação pela Faculdade.

O Supervisor Externo Profissional é o profissional, preferencialmente com formação na área de Informática, que supervisionará e se responsabilizará, na empresa, pelo exercício do Estágio Supervisionado realizado pelo aluno.

O Coordenador do Estágio é o profissional, designado pela Faculdade, para apoiar o aluno na absorção das técnicas e exigências estabelecidas, inerentes ao Estágio Supervisionado, bem como para acompanhar, controlar e avaliar o exercício do mesmo.

Caso seja necessário, a faculdade designará um Orientador de Conteúdo, para apoiar o aluno na área de especialidade relacionada ao tema objeto do Estágio Supervisionado, bem como avaliar o estágio e o correspondente relatório no que tange ao seu conteúdo.

Coordenação

A Coordenação de Estágios está subordinada administrativamente à Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação.

A Coordenação de todas as atividades de estágio será exercida por um professor designado pela Direção da Faculdade.

Atribuições da Coordenação

Compete à Coordenação de Estágios:

- Executar a política de estágios deflagrada pela Faculdade;
- Redigir e baixar normas e instruções para os estagiários, bem como para o professor orientador, que deverão ser submetidas à apreciação da Coordenação do Curso;
- Divulgar, entre os alunos do Curso, qualquer informação ligada ao estágio;
- Acompanhar o desenvolvimento dos estágios mantendo, para isso, um cadastro que contenha todas as informações necessárias;
- Providenciar a abertura de campos de estágios curriculares;
- Orientar o aluno em tudo que se relacione com estágio;
- Implantar e desenvolver uma política de divulgação da importância do estágio junto às Entidades Concedentes;
- Propor a mudança deste regulamento à Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação;
- Apresentar, semestralmente, um relatório geral das atividades à Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação;
- Convocar reuniões com os alunos, para tratar de assuntos relacionados com o estágio;
- Enviar à secretaria da Faculdade, ao final de cada semestre letivo, os resultados obtidos pelos estagiários;
- Desenvolver outras atividades inerentes à área.

Ao Coordenador de Estágios será atribuída uma carga horária semanal de 4 (quatro) horas-aula.

Legislação

A atividade de estágio obedece a seguinte legislação:

- Lei nº 6.494 de 07/12/1977, publicada no Diário Oficial da União, em 09/12/1977, página 16.870;
- Lei n° 8.859/94;

- Decreto nº 87.497, de 18/08/1982, publicado no Diário Oficial da União, em 18/08/1982, página 15.142;
- Decreto nº 89.467/84;
- O presente regulamento interno;
- Resolução do Conselho Federal de Educação de 08/07/1967;
- Normas regimentais da entidade concedente, onde o estágio se realiza;
- Portaria do Ministério da Educação nº 159/65;
- Lei no. 11788/2008, publicada em Diário Oficial da União, em 25/09/2008;
- NBR 10520 ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Realização do Estágio Supervisionado

O estágio será realizado no período de um semestre letivo. Conforme o currículo do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, o Estágio Supervisionado está inserido no 6º semestre.

O estagiário deverá apresentar um relatório final de atividades e horas exercidas junto à empresa concedente. Ao final do semestre ele deverá completar a exigência curricular mínima.

Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária fixada no Termo de Compromisso (160 horas de atividades semestrais), firmado entre a Coordenação de Estágio, entidade concedente e o estagiário.

O estágio realizar-se-á, obrigatoriamente, nas áreas de concentração indicadas pela Coordenação, que são: i) análise e programação de sistemas; ii) administração de bancos de dados; iii) gerenciamento de redes de computadores; iv) suporte.

Na integralização da carga horária total do estágio poderão ser incluídas as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades, que não devem exceder a 20% da carga horária destinada ao estágio e prevista no currículo do curso.

Deveres dos Estagiários

Os estagiários terão, junto à Coordenação de Estágios, os seguintes deveres:

- Elaborar o projeto de Estágio, de acordo com as instruções recebidas;
- Preencher os requisitos necessários ao desenvolvimento do projeto, de acordo com este regulamento;
- Cumprir as determinações constantes do convênio e do Termo de Compromisso de Estágio;
- Elaborar e entregar os relatórios e demais documentos exigidos, no prazo fixado;
- Empenhar-se na busca de conhecimento e assessoramento ao desempenho das atividades de estágio;
- Manter contatos periódicos com o coordenador, para discussão do andamento do estágio;
- Elaborar o relatório final de estágio, segundo as instruções do presente regulamento.

O estagiário que desenvolver seu estágio, na instituição em que trabalha, deverá fazê-lo fora de suas atividades de rotina ou, dentro delas, com caráter inovador ou investigativo, a critério do Coordenador do Curso.

Entidades Concedentes

Entende-se por entidade concedente a organização ou entidade que propicia campo de estágio aos alunos do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, dando-lhes oportunidade para completarem sua formação profissional.

A Faculdade espera que as entidades concedentes colaborem com a realização do estágio, proporcionando: i) supervisão e avaliação bimestral do estágio; ii) condições para que o estagiário atinja os objetivos propostos previamente no projeto de estágio. Supervisor Externo Profissional

Cabe ao Supervisor Externo Profissional:

- Acompanhar a atividade do estágio na organização, orientando o estagiário em seu exercício;
- Responsabilizar-se junto à Faculdade pelo exercício do estágio, dentro das normas previstas neste regulamento;
- Emitir laudo do estágio realizado, componente do relatório final;
- Acionar a Faculdade, notadamente através do Coordenador de Estágio, sempre que ocorrer qualquer fato que interfira na realização do estágio.

Projeto de Estágio

Será exigido, do estagiário, um projeto específico para o Estágio Supervisionado.

O projeto de estágio será elaborado pelo aluno, de forma individual, orientado pelo Coordenador de Estágio.

O projeto deverá ser apresentado dentro das especificações fixadas neste regulamento e deverá ser aprovado pela Coordenação de Estágios.

O projeto de estágio deverá ser entregue em duas vias impressas, que terão a seguinte destinação:

1ª via – à Coordenação de Estágios, para aprovação e homologação, ficando arquivada na Coordenação do Curso;

2^a via – à entidade concedente.

Relatórios

Durante a realização do estágio, o aluno apresentará ao coordenador de estágio a ficha de avaliação do estágio (conforme Anexo III). Esta ficha deverá ser preenchida no final do primeiro bimestre de realização do estágio e, também, na conclusão do estágio. O preenchimento da ficha é realizado pelo supervisor externo de estágio.

No relatório final do estágio deverão constar os seguintes itens: i) síntese das tarefas executadas; ii) apreciação das atividades desenvolvidas; iii) dificuldades encontradas; iv) pesquisa bibliográfica realizada (quando necessário); v) relação das atividades desenvolvidas com as disciplinas estudadas no curso.

Além do relatório final e das fichas de avaliação, o coordenador de estágio poderá exigir relatórios adicionais, ou outras informações necessárias para o sistema de avaliação.

O cronograma contendo os prazos de entrega do projeto, fichas de avaliação e relatório final do estágio, será divulgado no início de cada semestre letivo, durante a realização da reunião inicial, junto à Coordenação de Estágios.

Compete à Coordenação de Estágios julgar os casos excepcionais, mediante justificativa apresentada pelo estagiário. Avaliação

Ó estágio será avaliado pelo projeto, fichas de avaliação e pelo relatório final de estágio. Será emitida uma nota única, composta dos seguintes pesos:

- Projeto de estágio: 20%
- Fichas de avaliação: 15% cada
- Relatório final: 50%

As entregas do projeto de estágio e do relatório final, respeitando os prazos estipulados, são atividades obrigatórias, ou seja, a aprovação no estágio está condicionada à entrega desses documentos.

As atividades de estágio serão, obrigatoriamente, avaliadas pelo coordenador de estágio.

A avaliação do relatório final é uma necessidade para orientação técnica e metodológica do projeto de estágio em desenvolvimento.

Relatório Final de Estágio

O relatório final de estágio é um documento elaborado pelo estagiário, no qual constam as atividades desenvolvidas durante o período de estágio.

O relatório final de estágio será entregue na forma impressa, em 2 (duas) vias, com a seguinte destinação:

1ª via: Coordenação de Estágios;

2ª via: entidade concedente.

Avaliação do Relatório Final de Estágio

A avaliação do Relatório Final de Estágio deverá contemplar os seguintes pontos:

- Justificativa para aplicação do trabalho (amplitude do trabalho);
- Capacidade crítica;
- Capacidade de inovação (criatividade);
- Percepção e profundidade de conhecimentos específicos;
- Domínio de conhecimentos;
- Verificação da metodologia de trabalho.

O conceito final será a nota atribuída pelo coordenador de estágio, que não deverá ser inferior a 6,0. Caso o estagiário não alcance o conceito mínimo fixado, terá um prazo para reformular o trabalho executado.

Se, após a reformulação do relatório final do estágio, o mesmo não alcançar novamente o conceito mínimo fixado, o aluno terá seu estágio considerado nulo para todos os efeitos, ficando reprovado na disciplina de Estágio Supervisionado.

Não alcançando o conceito mínimo, o aluno deverá matricular-se no período seguinte e cumprir todas as etapas previstas neste regulamento.

Disposições Gerais

A realização do estágio é obrigatória para a conclusão do curso.

O aluno que, até o final do curso não cumprir as atividades de estágio deverá matricular-se no último semestre para receber as orientações do estágio pelo coordenador de estágio.

Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos de acordo com a decisão da Coordenação de Estágios, juntamente com a decisão do Coordenador do Curso. Casos especiais serão levados ao Conselho Superior da Faculdade.

Este regulamento entra em vigor após apreciação pela Coordenação do Curso de Sistemas de Informação e aprovação do Conselho Superior.

6.2 Estrutura do Relatório de Estágio Supervisionado

1. INTRODUÇÃO

A introdução deve abranger os seguintes itens: i) identificação da entidade concedente; ii) dados oficiais; iii) breve histórico; iv) definição da área a ser estudada e v) identificação do problema ou necessidade verificada (abordagem sucinta).

OBJETIVOS

Neste item deverão ser apresentados o objetivo principal e a definição das metas (objetos específicos) para a geração de alternativas destinadas a solucionar problemas/necessidades levantados na área. Devem ser colocados de forma clara, de modo a possibilitar medições.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão bibliográfica constitui-se num levantamento do que foi escrito sobre o assunto. É a fundamentação teórica necessária ao perfeito entendimento da área, objeto de estudo e a apresentação de alternativas para a solução dos problemas levantados.

Nesta fase, a leitura de diversos autores, que possuem publicações na área, é imprescindível, para que possibilitem ao estagiário, apresentar um referencial teórico pertinente à área.

4. PROGRAMA DE TRABALHO

O programa de trabalho constitui-se no detalhamento das etapas básicas a serem cumpridas, dispostas seqüencialmente, para melhor orientação do estágio. Estas etapas devem demonstradas num cronograma que estipule os prazos para execução das atividades.

6.3 Roteiro para Elaboração do Relatório Final de Estágio

O resultado do estágio deve ser apresentado em um Relatório Final de Estágio. Este relatório deverá ser apresentado conforme normas técnicas, distribuídas nos seguintes itens:

- 1) Encadernação: os relatórios finais de estágio deverão ser encadernados em espiral, para posterior catalogação e disponibilização na biblioteca.
- 2) A capa do relatório deverá conter as seguintes informações: i) nome da Instituição; ii) nome do Curso; iii) título do estágio; iv) nome do aluno; v) nome da entidade concedente; vi) professor orientador e vii) local e ano.
- 3) Estrutura do relatório: o conteúdo do relatório deverá obedecer a seguinte estrutura: i) capa/folha de rosto; ii) sumário; iii) introdução (incluindo objetos e motivação para o desenvolvimento do estágio); iv) informações referentes à entidade concedente; v) revisão bibliográfica; vi) atividades desempenhadas durante a realização do estágio; vii) análise crítica das atividades e dos resultados obtidos; viii) considerações finais (relatando dificuldades encontradas, o aprendizado alcançado, relação do estágio com as disciplinas do curso, encaminhamentos para o trabalho de conclusão, entre outras informações); ix) referências bibliográficas e x) anexos (documentos comprobatórios: termo de compromisso, fichas de avaliação do estágio preenchidas pelo supervisor externo e demais documentos que comprovem a realização das atividades pertinentes ao estágio.

7 Avaliação

7.1 Forma de Avaliação

A freqüência às aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória. Independentemente dos demais resultados obtidos, considerar-se-á reprovado o aluno que não cumprir a freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos dias letivos sendo-lhe consequentemente vedada a prestação de exames finais ou provas suplementares.

A avaliação da FACENSA reger-se-á por três princípios norteadores: da progressividade; da circunstancialidade e da recursividade do processo avaliativo.

O princípio da Avaliação Progressiva desenvolve-se por meio dos exercícios acadêmicos sob a forma de testes, trabalhos, argüições, seminários, pesquisas, projetos, relatórios e outras alternativas, de acordo com a natureza da disciplina, e devem ser sistemáticos e cotidianos ao longo do semestre letivo.

O princípio da Circunstancialidade desenvolve-se por meio de um Trabalho de Avaliação que deverá ser marcado data e hora, pelo professor com os estudantes, devendo ser realizado de modo individual e sem consulta. Este trabalho deve para o estudante construir a rede de relações entre os conteúdos desenvolvidos em aula, frente às realidades práticas do mundo do trabalho.

O princípio da recursividade se fará presente quando no processo progressivo ou circunstancial de avaliação o estudante não conseguir atingir as índices propostos para ser considerado aprovado. Trata-se de uma atividade realizada ao final dos estudos, buscando construir recursivamente o trabalhado.

Os resultados de qualquer modalidade de trabalho avaliativo será expresso em grau único de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com uma casa decimal, considerando-se os seus respectivos pesos.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) na disciplina, após as atividades de avaliação progressiva e circunstancial, esse resultado valerá como média semestral, estando dispensado da avaliação recursiva.

O estudante que não tenha, por ventura, alcançado a média semestral, citada no caput deste artigo, participará da atividade de avaliação recursiva valendo de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Após a realização da avaliação recursiva, o aluno será promovido se obtiver a média aritmética final igual ou superior a 5,0 (cinco) considerando-se a fórmula:

Média semestral x 6 + nota da Avaliação Recursiva x 4 = 5,0 ou mais 10 Pode ser concedida a revisão de nota de avaliações e provas, inclusive a final, desde que requerida no prazo máximo de 3(três) dias corridos após sua divulgação.

7.2 A prova sumariada

A partir de 2010, vamos inserir uma prática nova na avaliação do processo educativo dos estudantes da FACENSA, será a PROVA SUMARIADA.

A Prova Sumariada será uma avaliação que se constituirá num exercício versando a matéria sumariada estudada num dado período, com o objetivo de sintetizar, resumir e/ou compendiar os conteúdos trabalhados naquele período.

A aplicação da Prova Sumariada visará atingir vários objetivos. Em primeiro lugar trata-se de um instrumento para aferir a capacidade dos estudantes de pensarem os conteúdos que estudaram de forma abrangente, globalizada, transdisciplinar e religada. Em segundo lugar, dar sequência ao processo pedagógico da Problematização, pois sem uma aferição avaliativa, pode se tornar uma aplicação didática inócua. Em terceiro lugar, preparar o estudante no seu desenvolvimento profissional, na medida em que, no mundo do trabalho, o futuro profissional se defrontará com problemas que deverão ser resolvidos com conhecimento globalizado, transdisciplinar e religado, além do senso prático. Por fim, em quarto lugar prepará-los para a prova do ENADE e, no caso do Curso de Direito, para a prova da Ordem dos Advogados.

A Prova Sumariada será um instrumento de Avaliação Pedagógica Institucional, preparado por todos os professores do curso. Deverá ter um nível de abstração e de aplicação de conhecimentos, devendo prevalecer a avaliação da capacidade dos estudantes de pensar, refletir, aplicar e defender seu posicionamento frente aos problemas apresentados no Instrumento. Deverá ser uma prova que admita no seu conjunto uma quantidade equilibrada de questões discursivas e de outras modalidades de respostas. Poderão, também, ser divulgados títulos de obras para serem lidas previamente, que contenham conteúdo pertinente ao período em que a prova estiver sendo aplicada.

No Curso de Direito, a Prova Sumariada deverá ser aplicada no quarto, sétimo e nono semestres, correspondendo aos períodos de estudos do primeiro ao terceiro, do quarto ao sexto e do sétimo ao décimo semestres. Nos demais Cursos da FACENSA as provas deverão ocorrer no quarto e no sétimo semestres, correspondendo aos períodos de estudos do primeiro ao terceiro e do quarto ao oitavo semestre.

A média das provas comporá 35% da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso. Na solenidade de formatura de cada curso o/a estudante que conseguir a média mais alta será dignificado com menção de mérito e prêmio pela FACENSA. Em 2010, farão as provas os estudantes que já concluíram todas as disciplinas do terceiro semestre dos cursos da FACENSA. Em 2011, completar-se-á o ciclo com os cursos que tiverem concluintes. A data para a realização da Prova Sumariada em 2010 constará do Calendário Acadêmico e ocorrerá no final do mês de agosto. Em 2011, em setembro.

8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

A seguir, relaciona-se informações do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No ano de 2009, houve uma modificação significativa no trabalho final a ser apresentado. A monografia final do TCC II foi substituída pelo formato de artigo científico, visando ampliar o contexto do trabalho, já em um formato de publicação em eventos da área.

8.1 Apresentação

O Trabalho de Conclusão de Curso, articulado ou não com o Estágio Supervisionado, destina-se ao desenvolvimento de um modelo, sistema ou aplicação que envolva os conhecimentos adquiridos no curso. Este trabalho deve ser documentado de forma apropriada, sendo apresentado e defendido publicamente perante uma Banca Examinadora. Esta atividade não possui carga horária semanal fixa mas, o aluno deverá realizar reuniões (presenciais e/ou virtuais) com o seu professor orientador, pelo menos uma vez por semana, para demonstrar os resultados e receber feedback do seu trabalho.

O currículo do Curso de Sistemas de Informação da FACENSA prevê a sua realização durante o 7° e 8° semestres do Curso, com uma carga horária equivalente a 160 horas.

Entende-se por Trabalho de Conclusão de Curso, um trabalho que demonstrará com uma maior profundidade, as áreas de interesse do aluno, através da realização de um trabalho segundo normas científicas, baseando-se em referenciais teóricos da área envolvida.

Durante o Trabalho de Conclusão o aluno deverá desenvolver estudos ou aplicações sobre temas relacionados com o Curso. Este trabalho será regido por regulamento próprio e compreenderá a realização de um trabalho de caráter teórico-prático, condizente com a formação oferecida pelo Curso, que será supervisionado por um professor orientador e implicará na elaboração de uma monografia e defesa perante uma banca examinadora.

8.2 Conceito

O Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, é condição indispensável para a conclusão do Curso de Sistemas de Informação.

O TCC objetiva proporcionar ao estudante a oportunidade de consolidar os conhecimentos adquiridos no curso através da reflexão de como o aprendizado teórico (conhecimento sistematizado) é aplicado à identificação de problemas organizacionais concretos, mediante atividade em organizações reais, tendo como objetivo principal o aprimoramento e a integração dos conhecimentos e dos conteúdos do curso, tendo em vista a atuação do futuro profissional.

8.3 Objetivos

Propiciar ao aluno a oportunidade de consolidar os conhecimentos adquiridos no curso de Sistemas de Informação, através da reflexão de como o aprendizado teórico é aplicado à solução dos problemas computacionais.

8.4 Normatização

O TCC de Sistemas de Informação está fixado em 160 horas (8 créditos), distribuídos em 2 semestres:

- a) no 7° semestre (Trabalho de Conclusão de Curso I com 4 créditos) o aluno estabelecerá os critérios teóricos, bem como a metodologia que será adotada para o desenvolvimento do trabalho, incluindo os aspectos relacionados à modelagem, no caso de desenvolvimento de *software*. No início do semestre, o aluno deverá escolher o professor orientador, de acordo com o tema proposto para o trabalho. Após a escolha do tema e do professor orientador, o aluno deverá apresentar uma proposta de trabalho, contendo:
 - Objetivos;
 - Motivação;
 - Breve referencial teórico sobre o tema;
 - Solução Proposta;
 - Metodologia;
 - Cronograma de Desenvolvimento;
 - Referências bibliográficas;

Esta proposta deverá ser entregue no prazo máximo de 4 semanas após o início do semestre, sendo avaliada por uma banca composta pelo professor orientador e dois membros do corpo docente do curso de Sistemas de Informação da FACENSA. A banca pode aprovar incondicionalmente o trabalho, aprová-lo com restrições ou reprová-lo. Se o trabalho for aprovado com restrições, o aluno terá um prazo de 1 semana para reapresentar a proposta. No caso de reprovação, o aluno deverá escolher outro tema e apresentar nova proposta no prazo máximo de 1 mês, a contar da data do recebimento do resultado da avaliação da proposta.

No final do semestre, os resultados obtidos serão apresentados na forma de seminário, perante uma banca examinadora (preferencialmente, a mesma banca que avaliou a proposta). A apresentação (defesa) deverá ter em torno de 20 minutos de exposição oral, incluindo a demonstração de *software* (quando necessário). Após a apresentação, a banca examinadora realizará as perguntas e comentários pertinentes (em torno de 20 minutos). Encerrados os comentários da banca examinadora, a platéia também poderá realizar questionamentos. A banca examinadora reunir-se-á, a portas fechadas, para definir o conceito que será atribuído ao trabalho, divulgando-o logo a seguir ao aluno.

Além desta apresentação, o Trabalho de Conclusão de Curso I será avaliado mediante a entrega de um relatório no estilo de uma monografia. Caso o aluno seja reprovado durante a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, deverá matricular-se novamente na disciplina e realizar outro trabalho, mediante a apresentação de uma nova proposta.

O aluno só deverá participar da banca de Seminário de Andamento se o professor orientador der o parecer favorável. Caso o aluno receba um parecer desfavorável mas, mesmo assim, queira apresentar o trabalho, deverá assinar um termo de compromisso. Se o aluno resolver desistir da apresentação do Seminário de Andamento, poderá continuar com o mesmo trabalho no semestre seguinte, mediante a efetivação da matrícula na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I novamente, sem que seja necessário reapresentar a proposta.

b) no 8º semestre (Trabalho de Conclusão de Curso II, com 4 créditos) o aluno aplicará a metodologia estabelecida no TCC I e coletará os resultados, que deverão ser compilados em um artigo, de até 15 páginas, que será defendida perante uma banca examinadora. Esta banca examinadora será composta pelo professor orientador além de dois professores do Curso de Sistemas de Informação da FACENSA ou de outras instituições de Ensino Superior. O trabalho final representa o fechamento das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Além da banca examinadora, os alunos matriculados no TCC II deverão participar do Workshop de Trabalhos de Conclusão de Curso de Sistemas de Informação (WTCCSI).

O aluno só deverá participar da banca de defesa do TCC se o professor orientador recomendar a defesa através de um parecer favorável. Caso o aluno receba um parecer desfavorável mas, mesmo assim, queira apresentar o trabalho, deverá assinar o parecer, declarando estar ciente do mesmo. Se o aluno resolver desistir da apresentação do TCC, poderá continuar com o mesmo trabalho no semestre seguinte, mediante a efetivação da matrícula na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II novamente.

Assim como na defesa do TCC I (Seminário de Andamento), a apresentação (defesa) do TCC II deverá ter em torno de 20 minutos de exposição oral, incluindo a demonstração de *software*, quando o TCC envolver a implementação de código-fonte. Após a apresentação, a banca examinadora realizará as perguntas e comentários pertinentes (em torno de 20 minutos). Encerrados os comentários da banca examinadora, a platéia também poderá realizar questionamentos. A banca examinadora reunir-se-á, a portas fechadas, para definir o conceito que será atribuído ao trabalho, divulgando-o logo a seguir ao aluno.

Nas duas fases do trabalho final (TCCs I e II), se for constatado plágio, o aluno não deverá realizar a apresentação do trabalho, devendo matricular-se novamente no semestre seguinte, utilizando o mesmo tema para o trabalho.

8.5 Notas

Cada membro da banca examinadora atribuirá, de forma independente, um grau ao projeto, na escala de zero a dez. A nota será a média aritmética simples desses graus. É considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6 (seis), conforme disposto no regimento da Faculdade. Ao aluno reprovado não caberá uma segunda apresentação, tendo em vista que o produto final não se alterará.

8.6 Organização

O Trabalho de Conclusão do curso de Sistemas de Informação tem a figura do Coordenador de Trabalhos de Conclusão e a do professor orientador.

Atribuições da Coordenação de TCC

- a) Planejar, coordenar e deliberar sobre os TCCs dos alunos do Curso de Sistemas de Informação;
- b) Definir, semestralmente, a carga horária dos orientadores, segundo disponibilidades e número de alunos a orientar, podendo ser alterada para mais ou para menos semestralmente;
- c) Acompanhar a realização de todas as etapas que envolvem as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

Atribuições do Professor Orientador

- a) receber o aluno, atribuindo-lhe tarefas compatíveis com o trabalho que lhe compete, auxiliá-lo na aplicação dos princípios básicos na área escolhida, bem como analisar e debater o material que o aluno lhe apresentar:
- b) participar da Comissão de Avaliação das monografias apresentadas pelos alunos do TCC de seus orientados e na de outros alunos quando convocado pela coordenação de TCC.

OBS.: todos os professores da faculdade, que apresentem vínculo técnico com o Curso de Sistemas de Informação, são elegíveis como orientadores.

8.7 Recomendações para Escrita da Monografia e Artigo do Trabalho de Conclusão de Curso

Para que a monografia de TCC I seja redigida e apresentada de forma adequada, cabe destacar alguns pontos importantes:

- A monografia deverá ser elaborada segundo o modelo de monografia disponibilizada pela Coordenação de TCC;
- Caso seja constatado plágio ou paráfrase, o aluno não deverá realizar a apresentação do trabalho, devendo matricular-se novamente no semestre seguinte, podendo utilizar o mesmo tema para o trabalho;
- Todas as fontes de consulta utilizadas para o desenvolvimento do trabalho (livros, sites, artigos de revistas, artigos de eventos científicos, manuais técnicos, etc) devem ser referenciadas na monografia. Destacam-se os tipos de materiais que podem ser utilizados, de acordo com sua relevância: 1) livros, 2) revistas científicas, 3) teses, dissertações e monografias de TCC, 4) anais de eventos científicos, 5) manuais técnicos, 6) sites oficiais, de instituições reconhecidas nacional e/ou internacionalmente e 7) sites de Instituições de Ensino Superior;
- Em caso de haver a necessidade da exposição de um conceito, de forma idêntica ao apresentado pelo autor estudado, o trecho deve ser colocado entre aspas, na forma de citação, destacando-se a referência bibliográfica consultada. As citações não devem ter mais do que 10 linhas e devem vir acompanhadas de uma reflexão sobre o conceito apresentado;

- Todas as figuras apresentadas no texto devem possuir legenda e serem citadas no mesmo, além de estarem legíveis. Em caso de utilização de figuras extraídas de outras fontes, as mesmas devem ser citadas. Em caso de modificações na figura original, deve-se citar "Adaptado de" e incluir a referência. As figuras compreendem esquemas gráficos, telas de demonstração de software, entre outras imagens;
- O texto da monografia deve ser escrito corretamente, seguindo as regras de gramática e ortografia da Língua Portuguesa, além de estar organizado de forma que o mesmo possa ser compreendido por leitores que não conheçam a área específica do trabalho apresentado.

O artigo a ser entregue no final do TCC II deve seguir o formato definido pela SBC (Sociedade Brasileira de Computação), obedecendo às orientações e pontos relatados anteriormente.

9 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

9.1 Constituição do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Sistemas de Informação é formado pelos seguintes membros:

- Prof. Me Guilherme Lacerda (Professor e Coordenador do Curso)
- Prof. Me Marcelo Henrique Euzébio Batista (Professor e Coordenador do Estágio Supervisionado)
- Prof. Dr. Vinicius Gadis Ribeiro (Professor e Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso)

O NDE terá como principal objetivo acompanhar e monitorar o curso de Sistemas de Informação, bem como traçar estratégias para a manutenção do curso frente a novas exigências e realidades de mercado.

9.2 Regulamento

CAPÍTULO I

Das considerações preliminares

Art.1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Sistemas de Informação.

Art.2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Sistemas de Informação e tem, por finalidade, a implantação do mesmo.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a. atualizar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- b. atualizar e corrigir o perfil profissional do egresso do curso;
- c. conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação, sempre que necessário;
- d. conduzir e criar atividades e um Projeto Interdisciplinar para o Curso;
- e. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso indicadas pela CPA:
- f. analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- g. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- h. acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

- a. o Coordenador do Curso, como seu coordenador;
- b. por <u>cinco</u> professores de acordo com a proporcionalidade do número de docentes lotados no Curso.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 5°. Os docentes que compõem o NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto senso e, destes, respeitado o percentual de Doutores previstos no documento de Avaliação do Curso.

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art.6º. Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de horário parcial e ou integral.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.7º. Compete ao Presidente do Núcleo:

- a. convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b. representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c. encaminhar as deliberações do Núcleo;
- d. designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e lavrar as atas;
- e. coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO VII

DAS REUNIÕES

Art.8º. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por mês, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 9º. Quando houver necessidade as decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10° Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 11º. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo CONSUP.

10 Estrutura Física dos Laboratórios

A infraestrutura dos laboratórios de Informática estão em constante atualização, tanto em relação ao seu espaço físico, hardware e softwares utilizados pelos alunos.

A seguir, tem-se a descrição dos laboratórios disponíveis.

Laboratório I

Quantidade	Máquinas
30	Processador Intel Celereon 1.7 GHz, 1Gb memória RAM, HD 20 Gb
Softwares	- Microsoft Office Professional 2003 Service Pack 2
	- Microsoft Frontpage 2003
	- Microsoft Visio 2003
	- Microsoft Project Professional 2003
	- Microsoft Visual Studio 2005
	- MSDN - Visual Studio
	- Sql Server 2005 Express
	- IIS 5.0 (Internet Information Server)
	- Firefox 2.0
	- Acrobat Reader 8.0
	- HP 12C
	- Java SE Development Kit
	- Jude 5.0
	- Projeto AMBAP
	- SPPlan
	- CutePDF (Impressora PDF)
Recursos	1 Televisão 29", Quadro Branco
Audiovisuais	

Laboratório II

Quantidade	Máquinas
19	Processador Intel Pentium 4 1.6 Ghz, 1Gb memória RAM, HD 20 Gb
Softwares	 Microsoft Office Professional 2003 Service Pack 2 Microsoft Frontpage 2003 Microsoft Visio 2003 Microsoft Project Professional 2003 Microsoft Visual Studio 6.0 Service Pack 6 Firefox 2.0 Acrobat Reader 8.0 HP 12C Java SE Development Kit Jude 5.0 Projeto AMBAP
	- SPPlan - CutePDF (Impressora PDF)
Recursos	1 Televisão 29", Quadro Branco

Audiovisuais	

Laboratório IIIA

Quantidade	Máquinas
10	Processador Intel Pentium D 2.8 GHz, 1Gb memória RAM, HD 20 Gb
Softwares	- Microsoft Office Professional 2003 Service Pack 2
	- Microsoft Frontpage 2003
	- Microsoft Visio 2003
	- Microsoft Project Professional 2003
	- Microsoft Visual Studio 2005
	- MSDN - Visual Studio
	- Sql Server 2005 Express
	- IIS 5.0 (Internet Information Server)
	- Firefox 2.0
	- Acrobat Reader 8.0
	- HP 12C
	- Java SE Development Kit
	- Jude 5.0
	- Projeto AMBAP
	- SPPlan
	- CutePDF (Impressora PDF)
Recursos	1 Televisão 29", Quadro Branco
Audiovisuais	

Laboratório IIIB

Quantidade	Máquinas
10	Processador Intel Pentium 4 3.0 GHz, 1Gb memória RAM, HD 6 Gb
Softwares	- Microsoft Office Professional 2003 Service Pack 2
	- Microsoft Frontpage 2003
	- Microsoft Visio 2003
	- Microsoft Project Professional 2003
	- Microsoft Visual Studio 6.0 Service Pack 6
	- Firefox 2.0
	- Acrobat Reader 8.0
	- HP 12C
	- Java SE Development Kit
	- Jude 5.0
	- Projeto AMBAP
	- SPPlan
	- CutePDF (Impressora PDF)
Recursos	1 Televisão 20", Quadro Branco
Audiovisuais	

Laboratório IV

Quantidade	Máquinas
10	Processador Intel Pentium 4 2.4 GHz, 1Gb memória RAM, HD 80 Gb
Softwares	- Microsoft Office Professional 2003 Service Pack 2
	- Microsoft Frontpage 2003
	- Microsoft Visio 2003
	- Microsoft Project Professional 2003
	- Microsoft Visual Studio 2005
	- MSDN - Visual Studio
	- Sql Server 2005 Express
	- IIS 5.0 (Internet Information Server)
	- Firefox 2.0
	- Acrobat Reader 8.0
	- HP 12C
	- Java SE Development Kit
	- Jude 5.0
	- Projeto AMBAP
	- SPPlan
	- CutePDF (Impressora PDF)
Recursos	1 Televisão 29", Quadro Branco
Audiovisuais	

11 Tecnologias de Informação e comunicação – TICs – no processo ensino e aprendizagem

A Faculdade CNEC Gravataí ainda disponibiliza laboratórios de informática modernos para uso geral dos alunos, máquinas disponíveis na biblioteca para acesso livre e rede sem fio em todas as dependências.

Os alunos ainda dispõem da plataforma Moodle, que consiste num sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades on-line, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem. Neste ambiente os professores podem postar seus materiais e deixar à disposição dos alunos que ainda podem interagir nestes ou se comunicarem por mensagens.

Adicionalmente a FACENSA disponibiliza ainda endereços eletrônicos aos alunos e professores.

A FACENSA mantém home page da IES e dos cursos como forma de comunicação com a sociedade e com o corpo discente e docente. Ainda, edita semestralmente, informativo de suas atividades e divulga em meios de comunicação local (jornais, revistas e material publicitário).

11.1 Acessibilidade:

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, ao qual aborda a Educação Inclusiva e da Acessibilidade na Educação Superior. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, visa o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior (IES) por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade humana.

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Na educação superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN Lei Nº 9394/96 e a Lei Nº 10. 861/04, que trata do Sinaes trazem fundamentos importantes sobre a responsabilidade das Escolas e IES no país.

Pensando na educação inclusiva e considerando seus pressupostos legais e conceituais, uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que:

- a. Identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
- b. Estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
 - c. Pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;
- d. Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica:
- e. Promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/2006 afirma que todas as pessoas com deficiência têm direito a um sistema educacional inclusivo, não havendo, portanto, nenhuma justificativa para atendimentos educacionais paralelos, ou segregados que tomem por base a deficiência. Além desse, muitos outros dispositivos legais e normativos traçam diretrizes e orientam para a inclusão educacional de estudantes com deficiência, transtornos, transtornos globais de desenvolvimento e Altas/Habilidades/Superdotação.

Mais recente, a LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) apresenta no artigos:

Art. 10 É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 20 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

11.2 O núcleo de acessibilidade:

A fim de responder as leis e diretrizes que tratam as questões de acessibilidade, a Faculdade CNEC Gravataí cri ou o comitê de acessibilidade é um aspecto importante no cuidado da IES com as questões relacionadas à inclusão educacional na perspectiva da responsabilidade social proposta pelo Sinaes.

Em suma, os registros referentes às questões da acessibilidade pertinentes à avaliação in loco devem refletir a aplicabilidade da legislação vigente e a condição de funcionamento como diferencial de qualidade do curso em relação a este quesito, considerando a importância do atendimento especializado aos estudantes que se enquadram nesta perspectiva.

Por fim, o comitê de acessibilidade vai organizar ações, programas e projetos a fim de atender com satisfação a todos os quesitos impostos pela legislação. Entre as iniciativas já criadas pode-se destacar a acessibilidade para alunos com deficiência visual que aborda todas as questões de acessibilidade para esse público específico.

12 Disciplinas Semipresenciais:

A proposta de trabalho com disciplinas semipresenciais parte das instruções da PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004 (DOU de 13/12/2014, Seção 1, p. 34). Uma instituição de ensino superior (IES) pode ofertar disciplinas na modalidade semipresencial, no âmbito de um curso reconhecido na modalidade presencial, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20/12/1996, em seu artigo 81, regulamentada pela Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Tendo como base as instruções da PORTARIA Nº 4.059, a Faculdade CNEC Gravataí elaborou uma proposta de formatação pedagógica/metodológica inicial para as disciplinas que serão ofertadas na modalidade SEMIPRESENCIAL, objetivando dar conta das exigências advindas das comissões do MEC e da CNEC.

Entre as ações didáticas básicas elaboradas para o trabalho com as disciplinas semipresenciais, destacam-se a proposta de configuração personalizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta aborda a organização dos conteúdos por aula. Cada aula é composta por um período semanal composto por orientações e materiais para a aula que ocorrerá na modalidade presencial e para a aula que ocorrerá a distância. Dessa forma será dividida em dois momentos: Aula Presencial e Aula a Distância. A Aula Presencial são os conteúdos e assuntos abordados entre professor e alunos na sala de aula presencialmente. Já a Aula a Distância tratará dos estudos nos quais o aluno realizará as atividades a distância.

A configuração do Ambiente Virtual de Aprendizagem propõe tanto no espaço destinado a Aula Presencial como no espaço destinado a Aula a Distância há um arquivo para cada dia da semana onde o professor pode simplesmente alterar o arquivo do exemplo para o arquivo que vai trabalhar em sua disciplina. Também é possível de serem adicionados outros arquivos, bem como excluir o arquivo de sugestão do professor, caso haja necessidade. Salienta-se que no espaço destinado as Aulas a Distância, podem ser disponibilizados materiais de leitura, tais como artigos, links diversos, bem como as atividades de avaliação como o fórum, envio de atividades, escolha de grupos, chats, entre outros já mencionados anteriormente.

Salienta-se a importância do respectivo modelo, visto que se tem o objetivo de adotar essa padronização de conteúdos e atividades diversas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, bem como, aumentar a cada semestre o número de disciplinas ofertadas na Modalidade Semipresencial a fim de aproximar-se ao máximo dos 20% conforme legislação vigente, com vistas a manter e melhorar a qualidade das aulas e a capacitação dos docentes aos quais irão atuar nas disciplinas semipresenciais.